

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**FABRÍCIO GOMES DO NASCIMENTO**

**RELAÇÃO DOS HABITANTES DE ITAPEMIRIM/ES COM O  
PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DA COMPREENSÃO  
DA MEMÓRIA INDIVIDUAL**

**SÃO MATEUS-ES**

**2021**

FABRÍCIO GOMES DO NASCIMENTO

RELAÇÃO DOS HABITANTES DE ITAPEMIRIM/ES COM O  
PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DA COMPREENSÃO  
DA MEMÓRIA INDIVIDUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

**Orientador:** Dr. Sebastião Pimentel Franco.

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

N244r

Nascimento. Fabrício Costa do

Relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual / Fabrício Costa do Nascimento – São Mateus – ES, 2021.

88f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

1. História oral. 2. Memória. 3. Monumentos históricos. 4. Identidade. 5. Itapemirim – ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 907.2

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

**FABRICIO GOMES DO NASCIMENTO**

**RELAÇÃO DOS HABITANTES DE ITAPEMIRIM/ES COMO  
PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DA COMPREENSÃO DA  
MEMÓRIA INDIVIDUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

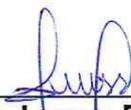
Aprovada em 20 de dezembro de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientador**



---

**Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Profa. Dra. Patricia Maria da Silva Merlo**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, mestre de toda a Terra, que me oportunizou, em Sua infinita misericórdia, o privilégio de cursar o Mestrado, auxiliando-me e dando-me o suporte necessário para vencer os desafios ao longo do caminho.

Ao meu querido orientador, Dr. Sebastião Pimentel Franco, pela paciência, dedicação e preciosos conhecimentos que teve a bondade de compartilhar comigo. Obrigado por ter se tornado meu norte e pelo rico aprendizado que me proporcionou.

E a todos os colaboradores, colegas de trabalho e demais pessoas, que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho, tão relevante para minha vida profissional.

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Gláucia, eterna guerreira e companheira de luta nessa batalha que foi a concretização desse curso. Obrigado por acreditar em mim incessantemente.

Ao meu pai e minha irmã, pela paciência, apoio e compreensão nos momentos mais difíceis, mas necessários, de luta e ausência para que pudesse concluir essa pesquisa. Vocês são parte dessa conquista, por me darem suporte a todo instante e me apoiarem para que eu conseguisse chegar até aqui.

“A memória guardará o que valer a pena.  
A memória sabe de mim mais que eu; e  
ela não perde o que merece ser salvo”.

Eduardo Galeano

## **SIGLAS**

ABHO - Associação Brasileira de História Oral

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FCE - Faculdade Campus Elíseos

IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN - Instituto Histórico e artístico Nacional

UNIFRAN - Universidade de Franca

## RESUMO

NASCIMENTO. Fabrício Gomes do. **Relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.** 88f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

A história oral pode atuar como campo de resgate em um tempo presente, e apresentar-se não apenas como fonte complementar, mas como metodologia para afirmação da identidade através da memória. Por meio dela na preservação da cultura artística do monumento histórico do município de Itapemirim, buscou-se estudar, conhecer, refletir, relacionar as características e modelagens, estruturas, estilos, formas, arquitetura de monumentos históricos como a Igreja Nossa Senhora do Amparo, até mesmo pela admiração e fascínio que despertam, além da monumentalidade carregada de detalhes, símbolos e significados. A justificativa desse estudo veio contribuir, com os conhecimentos aqui trazidos, para que os professores da rede municipal de Itapemirim possam utilizá-lo como referência em sua prática diária no ensino de História fortalecendo a relação dos alunos de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual. O problema questionou como a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual pode contribuir para a preservação da memória e cultura local do município de Itapemirim? O objetivo geral intentou compreender o universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual. A metodologia pautou-se numa pesquisa qualitativa e exploratória para embasar na historiografia, estudos e conhecimentos de alguns pesquisadores do município. Para comprovar e complementar a pesquisa realizou-se um estudo teórico e documental e uso de iconografia e entrevistas para melhor entender os estilos ecléticos, que fundem a arquitetura passada à atual para acompanhar os estilos de uma nova sociedade, um período de transição da arquitetura que mescla povos, gostos e grupos sociais e econômicos e o contexto político-social de cada época. Realizou-se ainda um estudo de caso descritivo com 06 (seis) indivíduos residentes no município de Itapemirim, com idades acima de 60 anos, para levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuíram com o norte da pesquisa. Como resultado percebeu-se que a memória adquiriu ao longo dos anos um caráter perpetuador do patrimônio cultural imaterial a que se pretende instituir, tornando-se primordial para sua valorização e atuando como um campo de resgate, em um tempo presente, mas não meramente como fonte complementar e sim como metodologia para a afirmação da identidade pela memória. O produto educativo desenvolvido, uma cartilha digital com todos os patrimônios culturais do município de Itapemirim como um guia destinado aos professores de história, evidencia a importância de ações e estratégias de preservação do patrimônio cultural a partir da relação da memória individual dos habitantes locais com a cultura local. Concluiu-se que a relação que os habitantes possuem através da sua memória individual e lembranças do patrimônio cultural é um recurso extremamente importante para preservar a cultura local.

**Palavras-chaves:** História oral. Memória. Monumento histórico. Identidade. Itapemirim/ES.

## ABSTRACT

NASCIMENTO. Fabricio Gomes do. **Relationship of the inhabitants of Itapemirim/ES with the cultural heritage from the understanding of individual memory.** 88f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

Oral history can act as a rescue field in a present time, and present itself not only as a complementary source, but as a methodology for the affirmation of identity through memory. Through it, in the preservation of the artistic culture of the historical monument of the municipality of Itapemirim, we sought to study, know, reflect, relate the characteristics and models, structures, styles, forms, architecture of historical monuments such as Nossa Senhora do Amparo Church, until even for the admiration and fascination they arouse, in addition to the monumentality loaded with details, symbols and meanings. The justification of this study came to contribute, with the knowledge brought here, so that the teachers of the municipal network of Itapemirim can use it as a reference in their daily practice in the teaching of History, strengthening the relationship of the students of Itapemirim/ES with the cultural heritage to be from the understanding of individual memory. The problem asked how the relationship of the inhabitants of Itapemirim/ES with the cultural heritage from the understanding of individual memory can contribute to the preservation of memory and local culture of the municipality of Itapemirim? The general objective was to understand the universe of the relationship of the inhabitants of Itapemirim/ES with the cultural heritage from the understanding of individual memory. The methodology was based on qualitative and exploratory research to support the historiography, studies and knowledge of some researchers in the municipality. In order to prove and complement the research, a theoretical and documentary study was carried out and the use of iconography and interviews was carried out to better understand the eclectic styles, which merge past architecture with the current one to accompany the styles of a new society, a period of transition of architecture that it mixes peoples, tastes and social and economic groups and the political-social context of each time. A descriptive case study was also carried out with 06 (six) individuals residing in the municipality of Itapemirim, aged over 60 years, to collect information and discuss points that contributed to the north of the research. As a result, it was noticed that memory acquired over the years a character that perpetuates the intangible cultural heritage that is intended to be instituted, becoming essential for its valorization and acting as a rescue field, in a present time, but not merely as a complementary source, but as a methodology for the affirmation of identity through memory. The educational product developed, a digital booklet with all the cultural heritage of the municipality of Itapemirim as a guide for history teachers, highlights the importance of actions and strategies for the preservation of cultural heritage from the relationship of the individual memory of the local inhabitants with the local culture. It was concluded that the relationship that the inhabitants have through their individual memory and memories of the cultural heritage is an extremely important resource to preserve the local culture.

**Keywords:** Oral history. Memory. Historical monument. Identity. Itapemirim/ES

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS .....	13
1.2 JUSTIFICATIVA .....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO: DISCUTINDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL NO ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	<b>17</b>
2.1 REVISÃO DE LITERATURA .....	18
2.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONCEITOS.....	24
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	28
2.4 HISTÓRIA ORAL: ALGUMAS REFLEXÕES.....	35
2.5 PATRIMÔNIO IMATERIAL: CONCEITOS E POSIÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....	48
<b>2.5.1 O RECONHECIMENTO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LOCAL ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	<b>57</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>61</b>
3.1 SUJEITOS DA PESQUISA, MATERIAIS E MÉTODOS .....	63
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	66
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>67</b>
4.1 ASPECTOS QUE PERMEIAM A HISTÓRIA DOS DOIS MAIORES PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM-ES .....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>80</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>86</b>
APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	86
APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	87

## 1 INTRODUÇÃO

No sítio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - uma autarquia federal do governo do brasileiro, criada em 1937, e vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país - encontramos definido o conceito de Educação Patrimonial como todos os processos educativos formais e não formais, que focalizam o patrimônio cultural, apropriado socialmente como ferramenta para que as pessoas onde o patrimônio se localiza se compreendam sócio historicamente e, dessa forma, colaboram para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Na função de defender e favorecer os patrimônios culturais do país o Iphan defende sua existência e usufruto para as gerações presentes e também futuras na busca pela preservação dos tesouros da cultura nacional. Assim, os processos educativos deverão primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, nas quais constam diversas compreensões de patrimônio.

A escolha do tema defendendo a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, como forma de preservação da cultura e monumentos históricos locais, torna-se, pois, uma tarefa desafiadora e prazerosa, na medida em que trazem a possibilidade de se resgatar a memória e a história do município no transcurso dessa pesquisa.

É nesse sentido que este estudo se revela como um ensejo para problematizar a importância do patrimônio histórico do município de Itapemirim, sua importância regional e social, a partir da compreensão da memória individual, como influenciador cultural e econômico para a população.

Uma das formas mais criativas de proteger os bens culturais e patrimoniais do município é por meio da intervenção pedagógica fundada nos pressupostos da chamada Educação Patrimonial, termo inseparável de outra noção mais abrangente, ou seja, o Patrimônio Cultural. Cabe, porém, apresentarmos alguns conceitos no campo da Educação Patrimonial, com vistas a compreender, em linhas gerais, o que seria o patrimônio cultural e seu sentido para a sociedade. Um dos maiores problemas ao trabalharmos com patrimônio cultural diz respeito a sua representação social.

A noção de patrimônio cultural ainda é desconhecida por grande parcela da população, e por outra, está associada a algo velho. Esta pesquisa busca desenvolver estratégias pedagógicas no sentido de conduzir uma comunidade escolar a se apropriar de seus bens histórico-arqueológicos, evidenciando a amplitude do conceito de patrimônio cultural, desde as formas de expressão de natureza imaterial, como o Jongo, a Festa do Amparo, até aqueles associados à natureza material, como o palácio das águias e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo.

O patrimônio seria, pois, tudo que faz menção à identidade e à memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira. O patrimônio cultural também é um patrimônio vivo, composto das coisas presentes nas comunidades, tais como festas religiosas, danças, culinária, particularidades na moradia, música. De um modo geral, essas características revelam a multiplicidade de culturas que constituíram a sociedade brasileira e apontam para evidências de populações que já não existem mais.

A promoção do patrimônio cultural traz a possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. A valorização da diversidade cultural para o fortalecimento de identidades é também um produto direto da ação educativa sobre o patrimônio cultural, que pode ser interpretada como um processo de mediação, em que reconhece os significados de cada cultura e seus símbolos (FLORÊNCIO, 2012).

A historiadora Camila Henrique Santos entende que é possível se desenvolver uma Educação Patrimonial em sala de aula contemplando-a nos temas transversais definidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais dentro da Pluralidade Cultural. Basta que, para tanto, o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos dentro da prática pedagógica diária nas abordagens criadas pelos professores, caso do patrimônio cultural de Itapemirim (SANTOS, 2007).

Por ser a preservação dos bens culturais uma prática social, a Educação Patrimonial deve associar os valores históricos e o bem cultural para sua comunidade, considerando o contexto social num todo. Por exemplo, o que representa a Festa de Nossa Senhora do Amparo para os munícipes? A valorização do patrimônio histórico deve levar as comunidades a compreenderem a importância da cultura local e seu sentido não apenas econômico, mas também histórico e cultural para suas vidas.

Entretanto, antes de se aprofundar mais no desenvolvimento desse estudo irei detalhar aqui minha vida acadêmica e o caminho desenhado ao longo da minha carreira na educação.

Natural de Itapemirim-ES, filho de um lavrador e de uma professora, iniciei minha Licenciatura em História pela Universidade de Franca (UNIFRAN) em 2016 finalizando em 2019. As pós-graduações vieram logo em seguida sendo a primeira em Historiografia Brasileira pela faculdade Futura Votuporanga, São Paulo. A segunda se deu em Docência e Prática do Ensino em História pela Faculdade Campos Elíseos (FCE). A terceira e última foi em Metodologia do Ensino de História, também pela Faculdade Futura de Votuporanga, concluída em 2020.

A primeira experiência profissional veio nos seis meses que trabalhei na Secretaria de Cultura de Itapemirim em 2015. No ano seguinte, fui realocado para a Secretaria de Educação onde atuei como professor substituto de uma escola da zona rural do município por um período de 18 meses.

Atualmente apesar da ânsia se exercer minhas atividades em sala de aula, a pouca experiência se tornou um empecilho, para não dizer obstáculo, nos processos seletivos que participo na educação, o que me impede de me aperfeiçoar profissionalmente. Assim, na busca por mais conhecimento na área que me qualifique, e também devido à concorrência inevitável na educação, decidi então me qualificar um pouco mais para o mercado de trabalho e ingressei no Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Vale do Cricaré, onde fui aprovado após participar da seleção, e iniciar o curso cheio de expectativas.

E para ampliação dos horizontes na disciplina de História, foi desenvolvido esse estudo que buscou, de forma objetiva, destacar a importância do uso da História escrita e oral na preservação dos monumentos históricos e da cultura local do município de Itapemirim-ES.

Somado a isso será realizado um estudo de caso descritivo envolvendo como colaboradores 06 (seis) indivíduos residentes no município de Itapemirim, com idades acima de 60 anos, para levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real dos patrimônios históricos de Itapemirim a partir da compreensão da memória individual e sua importância na preservação da cultura local.

Como implicação teórica intenta-se um aprofundamento maior na relação que os habitantes de Itapemirim/ES tem com o patrimônio cultural a partir da

compreensão da memória individual. E é acreditando nesse novo cenário e nas mudanças que a compreensão da memória individual dos habitantes de Itapemirim/ES em relação ao patrimônio cultural podem trazer à preservação há história local, que inicio essa caminhada de pesquisa científica.

## 1.1 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS

Em face das ponderações apresentadas até aqui, a questão investigativa que norteará essa pesquisa é apresentada da seguinte forma: de que forma a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual pode contribuir para a preservação da memória e cultura local do município de Itapemirim?

Logo o objetivo geral desse estudo é compreender o universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

Somam-se a esse objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

- Debater sobre a importância da compreensão da memória individual na relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural local;
- Analisar, a partir da experiência do próprio indivíduo e de suas lembranças sobre os locais estudados, a relação do seu entendimento com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual;
- Destacar a história dos dois maiores patrimônios históricos do município de Itapemirim-ES e de como a compreensão da memória individual dos moradores pode colaborar para a preservação da sua cultura;
- Desenvolver uma cartilha digital com todos os patrimônios culturais do município de Itapemirim como um guia destinado aos professores de história, que evidencie a importância do uso de ações e estratégias de preservação do patrimônio cultural a partir da relação da memória individual dos habitantes locais com o patrimônio cultural local.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa vem buscar discutir a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual como

forma de preservar a memória local, através dos relatos de alguns moradores, sobre seus patrimônios históricos.

A memória é peça primordial nessa articulação, uma vez que dissemina o valor da memória coletiva, recuperando, muitas vezes, dados que se perdem com a fonte escrita - preenchendo lacunas, contrastando as fontes oficiais e legitimando o saber histórico. Nesse cenário, a memória ganha espaço histórico, pois corresponde a um processo que não permite precisão, visto que envolve esquecimentos, distorções, reconstruções, omissões, parcialidades e hesitações.

Assim, pela minha formação acadêmica em História, e devido a relação que tenho com a educação, venho justificar o desenvolvimento deste tema pela intenção de contribuir, com os conhecimentos trazidos por esse trabalho, para que os professores da rede municipal de Itapemirim possam utilizá-lo como referência em sua prática diária no ensino de História fortalecendo a relação dos alunos de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

A história oral pode, assim, atuar como um campo de resgate, em um tempo presente, apresentando-se não meramente como fonte complementar, mas como metodologia para a afirmação da identidade, pela memória. Daí a justificativa deste projeto no momento em que busca um maior aprofundamento no universo da história oral como metodologia para afirmação da identidade através da memória, preenchendo lacunas, contrastando as fontes oficiais e legitimando o saber histórico.

É a partir da historiografia brasileira em que militantes, pesquisadores e especialistas ratificam o fato de ter a história oral proporcionado significativa abertura no campo de novas pesquisas e oferecido um crescimento em termos de produção do conhecimento pela abertura promovida para a História Regional, História do Discurso, História das Mentalidades, História das Mulheres, das Crianças, dos Negros e dos Homossexuais, entre outros campos.

Esses temas não tiveram espaço suficiente em uma historiografia baseada, exclusivamente, nos registros escritos; todas estas conquistas foram fruto da abertura proporcionada pela História Cultural, ou “Nova História Francesa” do século XX, em sua articulação com estudos sobre os mais variados temas.

Em relação ao percurso metodológico, além de se buscar identificar os dois principais monumentos históricos de Itapemirim, também será feita uma pesquisa nos documentos disponíveis, que relatem a história dos mesmos, além de se

construir um diálogo com moradores para se trazer luz à discussão a importância da história oral na preservação da memória e cultura do município de Itapemirim.

Portanto, norteados por um levantamento bibliográfico que tem como base as vertentes teóricas e pesquisas atuais acerca do referido tema (livros de autores da área, Livros de registros, documentos e outros papéis registrados em cartório), trata-se de uma pesquisa que tem como base o cunho qualitativo, com elementos quantitativos, definida por uma pesquisa-ação, que se apresenta como um método de pesquisa que possibilita o diagnóstico da situação, num contexto onde os atores da pesquisa tenham vez e voz, acerca de suas inquietações, além de possibilitar a interação e a compreensão da realidade, gerando novas aprendizagens no campo educacional.

Como instrumento da pesquisa, realizaremos entrevista semiestruturada com seis (06) sujeitos envolvidos na pesquisa, todos residentes no município de Itapemirim, com idades acima de 60 anos, para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real dos patrimônios históricos de Itapemirim a partir da compreensão da memória individual e sua importância na preservação da cultura local.

O procedimento da pesquisa referente à forma de colher as informações necessárias dos sujeitos envolvidos para responder ao nosso problema de pesquisa, se dará por intermédio de uma conversa *on line* (devido aos tempos de isolamento que estamos vivendo em decorrência da pandemia da Covid19). Esse procedimento *on line* será realizado para discutir a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual como forma de preservação da memória e cultura do município. As entrevistas com os moradores locais tem o intuito de analisar a relação da memória e a concepção de patrimônio cultural de Itapemirim

Desse modo, a coleta de dados conta com as técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas que possibilitarão a reunião sistemática de informações colhidas com os sujeitos da pesquisa, para alcançar um número satisfatório de sujeitos envolvidos, bem como conhecer variadas realidades locais pelo cunho da memória e história oral.

Em relação à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo será apresentada a introdução da pesquisa, seus objetivos, justificativa, delimitação do tema e a

problemática levantada. No segundo capítulo será apresentada a caracterização do monumento histórico, seus conceitos e finalidades, assim como da história, memória, identidade e cultura pós-modernidade e história oral, elencando possibilidades pedagógicas para o tema pesquisado destacando o patrimônio local do município de Itapemirim-ES e os pontos mais relevantes de sua cultura, evidenciando seu rico patrimônio cultural imaterial.

No terceiro capítulo será delineado todo o percurso metodológico da pesquisa, lócus e sujeitos para a posterior análise e discussão dos dados levantados no quarto capítulo.

Por fim, nas considerações finais abordaremos sobre os monumentos históricos da cidade de Itapemirim e de que forma o uso da história oral influi de forma direta na preservação da cultura local, bem como, seus desafios e possibilidades, mas, sobretudo trazendo a necessidade de reflexão de que a história oral pode possibilitar a formação de um sujeito atuante em seu espaço de vivência, que pratique a salvaguarda de sua história e da memória do seu povo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO: DISCUTINDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo está estruturado de forma que, na primeira parte, apresentaremos uma revisão de literatura, constando as principais pesquisas relacionadas ao tema e que estão disponíveis para consultar em sites disponíveis ou repositório de pesquisas. Na sequência, serão apresentadas discussões em torno dos seguintes descritores para seleção dos trabalhos: “história”, “patrimônio cultural”, “memória”, “identidade”, “cultura” e “história oral”, utilizados de forma individual e depois conjuntamente, sendo todos relevantes e que demonstram as teorias que embasam a pesquisa oral apresentada.

Ao se usar os descritores citados foram encontrados 14 trabalhos e selecionados, desse universo, quatro relacionados no quadro 1, pela aproximação que possuem com o patrimônio cultural em seus conteúdos e assim poderem contribuir para um aprofundamento maior no tema desenvolvido por essa dissertação. A partir de buscas com base em descritores, comuns ao objetivo da pesquisa, realizou-se a seleção dos trabalhos por meio da leitura dos títulos, seus resumos e introduções para identificar aqueles que dialogam com o objetivo deste estudo e assim, estabelecer um diálogo em que se pudesse apontar os distanciamentos e aproximações com a proposta desse trabalho.

Quadro 1. Teses e Dissertações do catálogo da CAPES relacionados ao tema deste trabalho

Títulos Selecionados	Autor/Ano
A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul, PR.	LEDUR (2012)
Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil.	OLIVEIRA (2011)
Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).	TARGINO (2007)
Memórias de Sooretama: História, Ensino e Escola.	AUGUSTO (2017)

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O desenho do quadro acima se justifica como necessário para detalhar o fato de que essa pesquisa lançou mão de um acesso ao repositório capes, um portal de domínio público e acesso livre de teses e dissertações, utilizando para tal descritores que ajudaram a selecionar neste universo os trabalhos que dialogam com esse

estudo. Esse recurso fez-se necessário para sedimentar o necessário aprofundamento no tema aqui defendido e ajudar no direcionamento da pesquisa evitando assim os possíveis distanciamentos e fortalecendo a aproximação dos objetivos e do problema defendidos por esse estudo.

## 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Elementos conceituais e legais que se referem ao patrimônio cultural imaterial serão discutidos de modo que os objetivos identificados na História como disciplina escolar possam ser relacionados às possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, tendo como possibilidades o ensino de História e suas práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental.

A formação de um indivíduo como um sujeito da história, dotado das características da comunidade no qual está inserido, pode acontecer a partir da apropriação das características culturais do espaço no qual faz parte e estas características, são componentes de um conjunto de informações, de um patrimônio histórico e cultural.

Essa acepção é relevante para a reflexão de que a cultura arraigada numa dada sociedade e todo o seu patrimônio cultural, são temas que ainda precisam ser evidenciados na sociedade contemporânea. Ainda é preciso resgatar efetivamente o tema patrimônio cultural imaterial nos variados setores da sociedade contemporânea. Desse modo, aspectos da cultura popular que fazem parte do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, poderão não ser mais excluídos, mas sim reconhecidos e valorizados por todos os sujeitos que compõem a sociedade.

Para tanto, elementos da memória, como as práticas culturais de tempos mais remotos, precisam ser difundidos na sociedade brasileira e a educação é uma possibilidade. Nesse campo, Bosi (1994), elenca que a memória, não representa um conhecimento distante, a memória é um saber próximo e que precisa ser valorizado, pois pode oportunizar reflexões positivas para a sociedade.

Os estudos de Febvre e Bloch a partir de 1920 destacavam a estrutura social da memória do sociólogo Halbwachs que foram impressionantes para Bloch (BURKE, 2010). Eles trouxeram consigo a reflexão sobre a necessidade de a

história atrelar-se ao patrimônio cultural imaterial, ou seja, a história que considera as culturas e suas representações.

São muitas as pesquisas que abordam questões relativas ao Patrimônio Cultural. No acesso ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados 42 registros entre dissertações e teses sobre o tema. Dos trabalhos encontrados, selecionamos quatro trabalhos para dialogar com nossa pesquisa. Estes trabalhos estão ligados as temáticas: ensino de História, reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial. Vejamos esses quatro trabalhos, que consideramos relevantes no delineamento da pesquisa e na formulação do nosso referencial teórico.

A dissertação de mestrado de Ledur (2012), intitulada “A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul, PR”, abordou a relevância do patrimônio cultural como elemento formador de identidade. A pesquisa objetivou analisar como o processo de ensino educacional vem destacando a preservação da memória e do patrimônio cultural em São Mateus do Sul.

Abordar o patrimônio cultural como elemento formador de identidade é criar possibilidades para o surgimento de novos valores na sociedade contemporânea, é caracterizar, reconhecer aspectos religiosos, morais, artísticos, econômicos, dentre outros, que poderão trazer críticas significativas para os modos de vida num contexto atual.

Dentre as considerações da autora, destacam-se os apontamentos quanto à falta de formações específicas e continuadas para o professor na área de patrimônio cultural, e ausência de políticas públicas na área preservacionista da educação patrimonial, tanto material quanto imaterial, além da conclusão de que a própria escola não tem inserido nem praticado em seu Projeto Político Pedagógico a importância da educação patrimonial (LEDUR, 2012).

Essa vertente mais abrangente de patrimônio cultural abre caminhos para o compromisso do setor educacional em articular-se numa visão de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, para a apropriação das reminiscências e, conseqüentemente, a identidade dos distintos grupos que compõem a sociedade.

Para Ledur (2012), o ensino de História na educação formal fornece caminhos para a percepção do patrimônio cultural imaterial pelos discentes, tornando-se um subsídio inclusive para o desenvolvimento regional, dessa forma, essa ação se

constitui num caminho de valorização das culturas locais, reforçando a construção da identidade e o sentimento de pertença do discente a um determinado grupo histórico e social.

Aspectos da sociedade global podem confrontar e não fortalecer plenamente as identidades e as culturas locais, em contrapartida, a História no campo disciplinar, em especial no que se reportam às aulas de História, poderá se tornar um agente de continuidade, de reflexões e fortalecimento das culturas locais.

Da mesma forma, Oliveira (2011), em sua Dissertação intitulada “Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil”, aponta que a construção de um sentido cultural perpassa pela valorização do patrimônio cultural imaterial, termo que vem se destacado desde as primeiras décadas do século XX.

Desse modo, entende-se que o patrimônio cultural imaterial precisa ser concebido mais do que uma herança que pode influenciar nas ações do homem, este precisa ser concebido como um processo de aprendizagem dialógica e constante.

A pesquisa de Oliveira (2011) teve como objetivo entender as responsabilidades das instituições estatais frente a preservação do patrimônio cultural imaterial. A pesquisadora, perante seu estudo conceitual e a prática das instituições estatais, concluiu que existe uma necessidade emergente em investir no reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial.

Em seu objetivo a autora intentou construir uma rede de sentidos da categoria de bens culturais designada pela expressão Patrimônio Cultural Imaterial, que vem sendo empreendida desde as primeiras décadas do século XX. Nessa construção ela buscou analisar os discursos materializados em textos jurídicos (leis, decretos, anteprojetos e cartas) produzidos pelo Estado brasileiro. O arcabouço teórico-metodológico adotado se fundamentou para tal na Memória Social em conceitos como memória/ esquecimento.

O campo empírico do trabalho de Oliveira (2011) centrou-se na análise do discurso do Patrimônio Cultural Imaterial que se circunscreve ao âmbito de duas instituições estatais: o executivo e ao legislativo brasileiro, no exercício de suas funções de sancionar e elaborar leis, respectivamente, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja função consiste em atribuir valor aos bens de natureza imaterial, bem como conferir-lhes o registro de Patrimônio Cultural do Brasil.

Dessa forma a autora concluiu, em sua análise, a existência de deslizamentos de sentidos da definição de patrimônio cultural imaterial nas diversas materialidades que formam o corpus. Ou seja, os sentidos vão desde o “imaterial” significando a natureza física do bem, até os que denominam uma tipologia de bem caracterizada pelos produtores, isto é, bens produzidos pelas camadas populares da sociedade. Esses sentidos são compreendidos pelos dizeres, mas, também pelos silêncios, pelos não-ditos.

Targino (2007), em dissertação intitulada “Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), identificou respostas sobre o papel da preservação patrimonial a educação como elemento fornecedor de historicidade e identidade aos alunos da rede estadual de educação, concluindo que essa vertente da educação deve ser incluída e, sobretudo praticada no currículo escolar.

Logo, fica evidente que a produção de materiais pedagógicos, por exemplo, é um dos inúmeros incentivos que a educação pode oportunizar aos discentes para que a teoria de educação patrimonial cultural imaterial seja uma realidade nas escolas.

Partindo desse cenário, a categoria analítica da pesquisa é fundamentada a partir da ideia de que o resgate do patrimônio cultural imaterial local é um dos objetos da História. Para Chartier (1994) os objetos da História, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades.

Assim, o reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural, podem fortalecer a relação de pessoas com suas heranças culturais, e melhorar o relacionamento desta frente a responsabilidade, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial, tendo importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento do povo e sua cultura.

A cultura demonstra o enraizamento do sujeito à sua estrutura, que o forma e o modifica ao longo do tempo pelos mundos culturais e suas identidades. Ao abordar elementos da cultura popular brasileira, vale ressaltar um conceito de cultura, advindo do século XX mencionado por Hall (2006), onde o mesmo enfatiza que a cultura é um somatório de valores, costumes tradições e métodos adquiridos em um

determinado lugar. É um elemento forte de identificação pessoal e social, portanto precisa ser preservada e valorizada. A legislação sobre o Patrimônio Cultural apresenta um relevante conceito para Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (BRASIL, 2010; p. 68).

O patrimônio cultural imaterial se transmite de geração a geração, ou seja, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos que compõem o município. Desta forma, é primordial que ações se efetivem no intuito de gerar uma percepção de identidade e continuidade, ou seja, a salvaguarda deste patrimônio. Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural imaterial, remonta o conceito de memória, outra categoria analítica adotado na pesquisa.

Bosi (1994) menciona a função social da memória, ou seja, a aprendizagem pela narrativa de homens que, para alguns, não teve papel ativo na sociedade, mas possui a brilhante função de revelar a memória da família, comunidade e município.

Em seu livro História e Memória, Jacques Le Goff (2003) preocupou-se em citar as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades essencialmente orais. Para ele, a memória teria um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à história (BOSI, 1994; p. 84).

Logo, entende-se que a memória é um resultado de aprendizagens constantes de uma experiência histórica, ou seja, suas ações de modo geral estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao longo de sua história, ao que foi construído em sua memória, por meio em especial, de experiências.

Conforme Hall (2006) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à pertença, à cultura étnica, religiosas, regionais e nacionais. Partindo dessa concepção, entende-se que a memória adquiriu um caráter perpetuador do patrimônio cultural imaterial a que se pretende instituir, tornando-se elemento primordial para a valorização do patrimônio cultural imaterial.

Portanto, entende-se que em qualquer localidade, devido o advento da globalização, o indivíduo não determina sozinho os aspectos de sua cultura, mas, é preciso que exista um mínimo de conhecimento e reconhecimento da sua cultura, para que esta esteja articulada às questões de seu espaço de vivência, para que

este indivíduo seja, por exemplo, um sujeito conhecedor e reconhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

Por fim, destaca-se o trabalho apresentado por Veronica dos Santos Santiago Augusto, intitulado “Memórias de Sooretama: História, Ensino e Escola” apresentada em 2017 ao Mestrado em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo e que buscou em sua pesquisa realizar um levantamento histórico do Município de Sooretama/ES, recorrendo às memórias de antigos moradores da localidade, na perspectiva de favorecer o conhecimento e a valorização da História Local como um elemento de construção de identidade e como um componente essencial para o ensino de História da região.

A autora considerou em seu trabalho que a história do Município facilita a compreensão de conceitos e processos históricos, na medida em que o aluno se compreende como parte integrante e ativa da dinâmica histórica; e que a legislação sobre a Educação Básica no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, assim como a Proposta Curricular do Município de Sooretama, também prioriza o ensino de História Local, o que utilizou como justificativa direta para a relevância deste tema.

Dessa forma, na realização da pesquisa qualitativa, a autora buscou principalmente as memórias de antigos moradores dos povoados de Córrego Alegre e Córrego D'Água (lugares que deram origem ao Município de Sooretama), uma vez que, ao contarem suas histórias de vida por meio de entrevistas, fizeram importantes relatos sobre a localidade. Essas histórias integram o contexto estadual e nacional, principalmente porque, se o estudo da História Local é significativo, precisa sempre estar em sintonia com a dinâmica histórica em diferentes níveis, enfatizando-se continuamente as relações entre a História Local, Regional e Geral.

Dessa forma, como resultado da investigação, a autora pôde observar o crescente uso da história oral e das memórias na construção do conhecimento histórico, mormente em pesquisas sobre a História Local e constatar seu importante papel nesse tipo de estudo histórico como estratégia metodológica para o ensino de História.

A partir do próximo subcapítulo do segundo capítulo, será analisado e tratado sobre as referências teóricas que serão de sua importância e a base para o desenvolvimento dessa pesquisa.

## 2.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONCEITOS

De acordo com Le Goff (1994) a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti". Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica.

Le Goff (1994) afirma que desde a Antiguidade, a ciência histórica, reunindo documentos escritos e fazendo deles testemunhos, superou o limite do meio século ou do século abrangido pelos historiadores que dele foram testemunhas oculares e auriculares.

Para Le Goff (1994) a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada - tornando-se fundamental para a preservação da identidade através da oralidade que o homem guarda em seu cérebro durante ao longo da vida e com o tempo ela é organizada e agrupada e repassada.

A história não se interessa pela originalidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade. Ela se interessa pelas características específicas de cada acontecimento ou fato e os fatos têm uma organização natural, que o historiador encontra pronta, uma vez escolhido o assunto que é inalterável; o esforço do trabalho histórico consiste, justamente, em reencontrar essa organização (VILANOVA, 1998). Os fatos já possuem sua sequência de acontecimentos que cabe ao pesquisador recuperar e reorganizá-las de maneira coesa e coerente.

Em relação à memória Halbwachs (2006) defende que a mesma é delineada segundo uma perspectiva histórico-cultural que nos permite concebê-la individualmente como uma parte inextricável de um discurso cultural abrangente, o discurso da memória cultural. Nesse discurso, as práticas narrativas são de fundamental importância, pois combinam vários sistemas de símbolos culturais, integrando-os em um único espaço simbólico.

Nesse sentido Bosi (1994) lista três ordens narrativas desta obra de arte são distinguidas: a linguística, a semiótica e a performativa ou discursiva. Quando discutidas como formas particulares de construção de significado, juntas, elas constituem um sistema mnemônico, um espaço simbólico de lembrança e

esquecimento no qual as ordens de tempo do passado e do presente são continuamente recombinadas.

Para Gross (2000), desde os tempos antigos até a modernidade, a memória e a lembrança eram pensadas como algo positivo, enquanto o esquecimento, ao contrário, tinha conotações negativas. Esquecer, em termos mais gerais, significava perder ou deixar de reter algo essencial à vida humana; significava ausência, vazio ou perda precisamente onde deveria estar uma memória, um conteúdo positivo.

Conway et al., (1997) lembram que o que tornou a própria noção de lembrar não apenas um ideal cognitivo e intelectual, mas também moral e cultural de todas as idades pré-modernas, não foi apenas a capacidade de armazenar e recuperar uma grande quantidade de informações. Muito mais importante foi o tipo de conhecimento e experiência lembrados e o efeito que essa lembrança teve sobre o comportamento e o caráter de uma pessoa.

Os verdadeiros lembradores não apenas se lembravam melhor do que os outros dos eventos e experiências de suas próprias vidas, mas repetidamente chamavam à mente os objetivos e valores mais elevados da cultura, não apenas como um feito de habilidade, mas para levá-los a sério e incorporá-los nos tecidos de suas vidas (GROSS, 2000).

Johansson et al., (2004) lembram que para Platão, o pai fundador filosófico de grande parte da história do pensamento ocidental, a noção de anamnese (reminiscência) implicava que a memória é o caminho de ouro para as mais altas verdades intelectuais e espirituais que um ser humano poderia conhecer. A verdadeira recordação pode levar a alma de volta à sua origem, àquele estado divino de conhecimento e de ser experimentado antes do nascimento. Aqueles incapazes de se lembrar do que sabiam antes de beber das águas do *Letes* (esquecimento) foram condenados a viver suas vidas no mundo sombrio do mundano sem nunca alcançar qualquer insight sobre sua natureza fundamentalmente espiritual e divina.

Como Gross (2000) enfatiza, o cristianismo também uniu memória com discernimento, espiritualidade e o valor moral mais profundo da vida. As tradições do esclarecimento e do raciocínio científico, embora transformem a noção de memória de um mundo basicamente estável para a perspectiva em constante mudança da vida moderna, associaram um valor igualmente elevado à memória e à lembrança.

Do ponto de vista histórico, a professora alemã de Estudos Literários e Ingleses, especialista em antropologia cultural e memória cultural e comunicativa Aleida Assmann (2006), sugeriu distinguir dois aspectos da transição pela qual a memória cultural passa em uma ordem moral, sendo um normativo e o outro narrativo. A normativa é expressa e aplicada por lei, poder político, econômico e, em parte, religioso. A narrativa é articulada e dispersa por meio dos inúmeros registros discursivos de uma cultura: do mito e dos contos de fada à literatura, cinema, propaganda e conversas cotidianas.

Isso, é claro, destaca Amsterdam e Bruner (2000), não quer dizer que o normativo não pode usar ou incluir formas narrativas - basta considerar o papel crucial da narrativa no direito - nem dizer que as narrativas não podem dar forma a princípios normativos - por exemplo, nas formas de enredo e gêneros de 'narrativas mestras' canônicas e em 'histórias morais' frequentemente usadas de uma forma aparentemente periférica na conversa cotidiana.

No entanto, há ainda outro potencial e, talvez, mais fundamental da narrativa em ação que é preciso se destacar aqui porque, suspeito, leva à própria essência da memória cultural. Esta é a capacidade distintiva da narrativa de dar forma à dimensão temporal da experiência humana. Em outras palavras, a narrativa confere significados culturais à sua toricidade inerente à existência humana (ASSMANN, 2006).

Em uma nota semelhante Carrithers (1991) já havia afirmado que é apenas a narrativa que nos permite pensar sobre nossas vidas e sobre nós mesmos historicamente. É a narratividade que permite aos humanos apreender um passado mais longo e um futuro concebido de forma mais complexa, bem como um ambiente social mais variado, pois consiste não apenas em contar histórias, mas também em compreender redes complexas de ações e eventos.

Na visão de Thomas Luckmann (1983) professor emérito de Sociologia na Universidade de Constança na Alemanha desde 1994 e autor do livro "A construção social da realidade" a memória é a faculdade que nos permite formar uma consciência da individualidade (identidade), tanto no nível pessoal quanto no coletivo. A identidade, por sua vez, está relacionada ao tempo. Um *self* humano é uma "identidade diacrônica", construída "da matéria do tempo".

Essa síntese de tempo e identidade é efetuada pela memória. Para o tempo, identidade e memória, Luckmann (1983) distingue entre três níveis segundo elencado no quadro 2.

Quadro 2. Síntese de tempo e identidade efetuada pela memória

<b>Nível</b>	<b>Tempo</b>	<b>Identidade</b>	<b>Memória</b>
Interno (neuromental)	Tempo interior subjetivo	Eu interior	Memória individual
social	Tempo social	Self social, pessoa como portadora de papéis sociais	Memória comunicativa
Cultural	Tempo histórico, mítico, cultural	Identidade cultural	Memória cultural

Fonte: adaptado de Luckmann (1983).

No nível interno, a memória é uma questão de nosso sistema neuro-mental. Esta é a nossa memória pessoal, a única forma de memória reconhecida como tal até a década de 1920. No nível social, a memória é uma questão de comunicação e interação social. Foi grande a conquista do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) ao mostrar que nossa memória depende, como a consciência em geral, da socialização e da comunicação, e que a memória pode ser analisada em função de nossa vida social.

Halbwachs (2006) explica que a memória nos permite viver em grupos e comunidades, e viver em grupos e comunidades nos permite construir uma memória. Durante esses mesmos anos, psicanalistas como Sigmund Freud e Carl Gustav Jung desenvolveram teorias da memória coletiva, mas ainda aderiam ao primeiro, o nível interno e pessoal, procurando a memória coletiva não na dinâmica da vida social, mas nas profundezas inconscientes da a psique humana.

No entanto, destaca Assmann (2006), nem Warburg nem Thomas Mann, usaram o termo "memória cultural", um conceito explicitamente desenvolvido apenas durante os últimos vinte anos. É, portanto, somente a partir de então que a conexão entre o tempo, a identidade e a memória em suas três dimensões: pessoal, social e cultural se tornou cada vez mais evidente. A memória cultural é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por várias pessoas e transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, ou seja, cultural.

Em relação à cultura como memória, a memória cultural é uma espécie de instituição, exteriorizada, objetificada e armazenada em formas simbólicas que, ao contrário dos sons das palavras ou da visão dos gestos, são estáveis e transcendentais à situação, podendo ser transferidos de uma situação para outra e

transmitidos de uma geração para outra tendo nos objetos externos portadores de memória que desempenham um papel já no nível da memória pessoal.

Brunner (2000) reforça que a memória que possuímos como seres equipados com uma mente humana existe apenas em constante interação não apenas com outras memórias humanas, mas também com "coisas", símbolos externos. Fazendo menção a coisas como a famosa madeleine de Marcel Proust, ou artefatos, objetos, aniversários, festas, ícones, símbolos ou paisagens, o termo "memória" não é uma metáfora, mas uma metonímia baseada no contato material entre uma mente que lembra e uma que lembra objeto. As coisas não "têm" memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear a nossa memória, porque carregam memórias que nelas investimos coisas como pratos, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e demais objetos.

No plano social, no que diz respeito a grupos e sociedades, o papel dos símbolos externos torna-se ainda mais importante, porque grupos que, naturalmente, não "têm" uma memória tendem a "fazer-se" por meio de coisas que se pretendem lembrar, como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas, o que Assmann (2006) chama de memória cultural.

### 2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O objeto de estudo desta pesquisa foi cuidadosamente escolhido a partir de dois interesses: primeiro como professor de História e morador do município de Itapemirim-ES tenho percebido o descaso com a riqueza do patrimônio cultural municipal. Segundo, a partir do interesse de compreender as contribuições do uso pedagógico dos patrimônios culturais do município na sala de aula.

Por essa razão, foi escolhida a educação patrimonial como processo mediador entre o campo da educação e campo da cultura, tendo em vista o elo entre a memória cultural e histórica e a identidade. Podemos despertar o sentido do pertencimento para a proteção do patrimônio se conseguirmos explorar esses dois pontos.

Diante disso, para conhecermos melhor a ocorrência da educação patrimonial buscou-se apresentar caminhos que foram seguidos em outros estudos acadêmicos, que dialogassem com nossa proposta de investigação. Assim, atendendo a um critério simples, foi trazido para discussão da noção de patrimônio cultural o que

pensam estudiosos do tema em relação, ao que seja patrimônio cultural, qual sua importância para a preservação da memória de determinadas culturas e ainda, como podemos trabalhar a noção de pertencimento de um grupo social a partir de seu patrimônio cultural, de forma a se promover uma ponte de ligação direta com o tema de nossa pesquisa.

Duarte (2018), por exemplo, destacou a Educação Patrimonial como um tema emergente, pois pelo inventário e categorização de cenários antrópicos e naturais, pode se ter um instrumento que possa levar as pessoas à “alfabetização cultural” com vistas a valorizar a história local, a criar um sentimento de identidade e pertencimento e a justificar a preservação desse espaço frente aos processos de massificação.

Seu trabalho teve como foco construir um Guia de Educação Patrimonial relacionado à temática água nos municípios de Olinda e Recife a partir do Inventário Cultural e posterior divulgação, aplicação e validação coletiva em ambientes escolares para fazer parte da construção do conhecimento contextualizado. O estudo organizou-se na construção do guia através da coleta de demandas e sugestões dos atores pertencentes ao Sistema Educacional, acrescido de pesquisa bibliográfica e documental, roteirizadas por fichas do Inventário Cultural, conforme proposto e balizado segundo diretrizes do IPHAN.

O segundo momento compreendeu as etapas de aplicação, avaliação e validação do produto educacional junto às unidades de ensino. O Guia de Educação Patrimonial – Água nas cidades de Recife e Olinda construído atingiu seu objetivo de unir três partes em sua construção: a conservadora, a regeneradora e a geradora de conhecimento. O autor destaca que o sucesso da validação do Guia foi certificado pelos docentes em sua aplicação, demonstrado pela adequação dos resultados aos critérios avaliados. Esta pesquisa dialoga com a nossa na medida em que construiu um guia que poderá ser utilizado por diversos professores para o trabalho com Educação Patrimonial.

Na visão de Molina (2019), o estudo sobre educação patrimonial tem recebido destaque nos últimos anos, principalmente a partir do Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, ampliando o conceito de patrimônio, estimulando ações educativas voltadas para a dimensão da vida cotidiana, como fonte de construção coletiva e democrática de conhecimentos.

Desde esse momento, a Educação Patrimonial começou a ser pensada como potencial para desenvolver nos alunos a noção de identidade e a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. A pesquisa buscou mapear e descrever as ações de educação patrimonial nas escolas públicas do ensino fundamental ciclo II da rede pública estadual de um município do interior de São Paulo, tendo como referência a perspectiva descrita no Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado por HORTA *et. al.*, em 1999, onde as ações de educação patrimonial devem ser efetivadas de maneira transversal, no cotidiano escolar (MOLINA, 2019).

A pesquisa concluiu que as poucas ações educativas no campo do patrimônio são realizadas isoladamente ao longo do ano letivo, não constam no projeto político pedagógico e não ocorrem transversalmente e interdisciplinarmente, o que leva a constatar que a política de educação patrimonial não foi implementada nas escolas pesquisadas. Como resultado, foi elaborada uma proposta de intervenção, na forma de uma oficina pedagógica para implementação da Educação Patrimonial na rede pública de ensino (MOLINA, 2019).

Na visão de Nunes (2020) a Educação Patrimonial é definida como uma possibilidade de ação educativa a ser desenvolvida em escolas, com a finalidade de conscientizar os estudantes acerca do valor da preservação dos bens patrimoniais e culturais da sociedade.

Ao propor sua pesquisa com foco no desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial como forma de promover e valorizar o patrimônio e compreender como os alunos de uma escola pública do município percebem o patrimônio cultural da própria cidade, Nunes (2020) elaborou um produto educativo em forma de cartilha educacional, que posteriormente foi utilizada nas atividades em sala de aula das escolas municipais.

A partir de embasamento teórico e pesquisa buscou estabelecer quais lugares e edificações possuem maior interesse histórico e arquitetônico na história da cidade, a fim de compreender sua importância e seu valor pelo reconhecimento patrimonial que esses lugares representam para a sociedade. Através de ilustrações e atividades, a cartilha explica os conceitos de patrimônio por intermédio da análise dos bens culturais do município e dialoga com a vida da população, uma vez que objetiva ser usada na prática da educação patrimonial (NUNES, 2020).

Dentro da perspectiva de formar cidadãos conscientes do seu papel social com relação ao patrimônio, Santos (2007) lembra que o ensino de História e das disciplinas da área de humanas deve, pois, assumir o compromisso com práticas pedagógicas que ajudam a pensar a centralidade do patrimônio dentro do propósito de valorizar o passado e as pessoas, compreendidas como agentes que irão comandar a permanência da memória, do patrimônio e das coisas no tempo.

No Guia Básico da Educação Patrimonial, documento publicado pelo IPHAN, responsável por consolidar o entendimento do termo Educação Patrimonial, Horta et al. (1999) aponta uma orientação teórica que muito ajuda aos educadores ao vislumbrar a possibilidade de se estabelecer o diálogo com Paulo Freire (1982) quanto à função básica da educação, qual seja, desenvolver o caráter libertador, voltado para a liberdade e a autonomia.

No caso da educação patrimonial, esta buscou inspiração na pedagogia de Paulo Freire, como fonte primária de conhecimento, questões como identidade, consciência social e cidadania, sendo uma importante ferramenta de construção da mesma, já que o educando tem que exercer um papel ativo no processo de construção do conhecimento.

Horta et al. (1999) lembra ainda que a educação patrimonial dialoga também com o ensino de história, essencial para suas explicações, pois com ele se consegue trabalhar a ideia de memória e preservação, que podem auxiliar a sociedade brasileira a discutir várias questões culturais como também de manter preservadas memórias históricas.

Assim, destacam os autores, o conceito de educação patrimonial está ligado a um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Seu trabalho é levar, a partir da experiência e contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, para crianças e adultos, fazendo com que valorizem mais sua herança cultural, capacitando-os para melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos num processo contínuo de criação cultural (HORTA ET AL., 1999).

Para Florêncio (2012), a educação patrimonial, que tem como objetivo envolver a comunidade na gestão do patrimônio, também é responsável pela preservação e conservação dos bens patrimoniais. A educação patrimonial funciona

como instrumento de alfabetização cultural, capacitando cada cidadão para a compreensão da leitura e cultura do local onde vive.

A educação patrimonial valoriza as características de uma sociedade e o local de vida da comunidade, as histórias do passado acabam virando a identidade daquele grupo social, que pode descobrir valores, costumes, hábitos, aspectos da vida, lendas e cultura material com a finalidade de revitalizá-los para que toda comunidade tenha acesso a essas informações (FLORÊNCIO, 2012).

Por exemplo, o Palácio da Águias, construído na segunda metade do séc. XIX na Barra de Itapemirim, hoje Barra de Marataízes, é pouco conhecido da população, como patrimônio histórico importante do município, que tem dificuldade de compreender em que medida ele se relaciona com a cidade e com seus moradores.

Segundo Farias (2002), a valorização do patrimônio ocorre primeiramente pelo seu (re)conhecimento e a educação patrimonial é parte importante para que isso ocorra.

Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial (FARIAS, 2002; p.62).

Demarchi (2016) explica que a educação patrimonial fornece elementos que possibilitam a percepção do espaço cultural pela própria população, podendo tornar-se um subsídio para o desenvolvimento do turismo cultural, trazendo além de renda para o local, valorização da cultura.

Para o autor, as discussões relacionadas aos bens culturais têm necessitado de maior espaço. Por isso a necessidade de maiores discussões sobre o Patrimônio Histórico no ensino e aprendizagem de história, pois isso acaba estimulando os alunos ao senso da preservação da memória social coletiva propensa à construção cidadã e de novas identidades (DEMARCHI, 2016).

Serve de exemplo a centenária festa da padroeira do município, Nossa Senhora do Amparo, no dia 08 de setembro de todos os anos, e que ajuda na preservação e divulgação da igreja de Nossa Senhora do Amparo, datada de 1853, que atrai milhares de turistas.

Scifoni (2012) explica que a expressão educação patrimonial passou a ser conhecida na década de 80 quando houve a reconstrução democrática da política<sup>1</sup>, demandando a renovação do conhecimento em várias áreas. Os primeiros passos da educação patrimonial foram inspirados num método inglês que fazia o uso de museus e monumentos históricos para fins educacionais.

Klamt e Soares (2007) destacam o Museu Imperial do Rio de Janeiro como o lugar onde ocorreram as primeiras tentativas de educação patrimonial no Brasil. Na época, foi organizado pela instituição um debate sobre o uso de museus e monumentos para a promoção da educação patrimonial, sendo ainda hoje referência em relação às atividades de educação patrimonial.

Trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser uma tarefa passageira de informações ou de discursos pré-fabricados. Horta (1999) destaca que o educador deve levar o aluno no seu processo de conhecimento a identificar os significados atribuídos a objetos de determinadas culturas.

Mas para que isso ocorra, ressaltam Klamt e Soares (2007), é preciso mudar o pensamento de que patrimônio cultural está restrito apenas às edificações. Ele também aborda festas, danças, músicas, manifestações populares, artes, culinária, entre outras coisas que possuem importância histórica para um determinado país ou comunidade.

Nesse sentido, explica Horta (1999), a importância da educação patrimonial na atualidade está ligada no contexto da atual “entropia cultural”, onde o desenvolvimento tecnológico acabou criando uma barreira no desejo de se conhecer os patrimônios culturais. Apesar da batalha contra a tecnologia passar despercebida, ela causa grandes danos, levando à falta de desejo de se conhecer a cultura local. A mídia e o sistema de comunicação de massa na atualidade são encarregados em decodificar ideias, determinando valores sociais e culturais e tendo o poder de manipulação em massa.

---

<sup>1</sup> De 1964 a 1985, o Brasil viveu um período de governo autoritário implementado com um Golpe de Estado, quando o presidente João Goulart, que havia sido eleito vice-presidente e assumiu a governança após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros. Os militares tomaram o poder em 1964, instalando um governo que suprimiu direitos civis e políticos, exilou, torturou e até mesmo eliminou muitas pessoas que por se posicionaram contra o regime imposto eram considerados inimigos. Já na década de 1970 inicia-se uma abertura política por parte deste governo autoritário, que culminou com o fim do regime autoritário em 1985, com a eleição do civil Tancredo Neves para a Presidência da República juntamente com o seu vice José Ribamar Sarney. Com a morte de Tancredo Neves antes de tomar posse no governo, José Sarney assumiu a presidência da República depois de 25 anos de regime autoritário no Brasil.

Se o patrimônio cultural tem um sentido, se existe uma razão inegável para preservá-lo e enriquecê-lo, devemos nos armar para enfrentar a última batalha da nossa total descolonização. Trata-se enfim de colocar nosso patrimônio cultural a serviço do presente, e a educação patrimonial é uma proposta metodológica na recuperação de conexões e tramas perdidos (HORTA, 1999; p.35)

Sendo assim a preservação do patrimônio pessoal e coletivo são de grande importância para o entendimento da história na vida de todos nós. Florêncio (2012) explica que a educação patrimonial deve conduzir o processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, evitando se apoiar na prática da divulgação de um patrimônio, por meio de depósitos de conhecimento, procurando, por outro lado, seguir o caminho de desenvolver relações afetivas de pertencimento entre as comunidades e seus patrimônios culturais.

Nessa perspectiva, as pessoas devem participar das práticas de educação patrimonial, sendo elas mesmas, parte desse patrimônio.

Na visão de Scifoni (2012), para nos conduzir nas reflexões acerca da relação entre educação e bens culturais que podem funcionar como canais diretos para a produção do conhecimento, devemos entender o patrimônio cultural como tema transversal nas práticas pedagógicas escolares para potencializar a utilização de espaços educativos não formais.

O tema do patrimônio tem ocupado espaço na formação do professor de História de diversas formas, seja na formação inicial, seja na formação continuada. É comum observarmos que os professores de história trabalham a questão do patrimônio de forma ampliada, questionando a ideia de herança e concebendo-o como uma referência cultural (SANTOS, 2007).

Assim, lembra bem Oliveira (2011), a forma como se aborda o patrimônio deve ultrapassar a contemplação do monumento, do prédio e incluir pessoas, modos de fazer e modos de ser.

A proposta de alfabetizar culturalmente aponta para transmissão de valores, para reconhecimentos, pertencimentos, união, colaboratividade. No âmbito educacional, o patrimônio e a história podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva – e o ensino de história dá especial tônica à diversidade do patrimônio cultural contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades (OLIVEIRA, 2011).

Em uma de suas dissertações Demarchi (2016) afirma que alguns professores fetichizam o bem cultural transformando-o em uma mercadoria. Em seu

artigo, o autor defende que a educação patrimonial deve considerar as pessoas da comunidade com que se trabalha como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significações. E que somente desta forma será possível uma educação patrimonial dialógica, desde a identificação do patrimônio até como agir para preservá-lo. Será uma educação patrimonial problematizadora e politizadora, ligada à concepção de ser humano e do mundo que queremos.

Importante para a realização dessas reflexões sobre patrimônio cultural é segundo nosso entender, apresentar os conceitos de patrimônio material e imaterial que subsidiará a pesquisa.

Na página do Iphan, localizamos como conceito de patrimônio imaterial

[...] aqueles que dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares - como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN).

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, alargou a noção de patrimônio cultural, quando reconheceu a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Já o conceito de patrimônio material seriam aqueles tais como os imóveis como os das cidades históricas, os sítios arqueológicos, como, por exemplo, o palácio das águias de Barra de Marataízes e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

## 2.4 HISTÓRIA ORAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Como conceito significativo para recentes avanços das ciências humanas, a noção de memória tem sofrido ressignificações bastante importantes. Para isso, conceituar-se à memória, partindo de sua designação mais habitual, em que corresponde muito habitualmente a um processo de limitar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado; ou no sentido mais básico, que é a presença do passado. É em função dessa premissa que se compreende o imenso interesse dos historiadores do tempo presente voltado para estudos sobre a memória.

Henry Rousso (2006) justifica tal interesse da seguinte maneira: já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos com as revoluções, às guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras (ROUSSO, 2006). Os campos da história e da memória se entrelaçam, em uma dimensão na qual a história oral tem tido especial importância, não tendo por seus produtos, porém mais por seus processos: pelo envolvimento maior na recuperação e na reapropriação do passado que a história oral possibilita.

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, particular, próprio da pessoa, mas coube a Maurice Halbwachs (2006) ainda nos anos 20 e 30, sublinhar que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social. Como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Raimundo Nonato Pereira Moreira (2005), em seu artigo, “História e Memória: algumas observações” destaca a célebre reflexão de Jacques Le Goff ao afirmar que foram os gregos antigos que fizeram da memória uma deusa, de nome *Mnemonise*. Ela era mãe de nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com *Zeus* (MOREIRA, 2005).

Na mitologia grega essas musas dominavam a ciência universal, inspirando as chamadas artes liberais. As nove filhas de *Mnemonise* eram: *Clio* (história), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Melpômene* (tragédia), *Terpsícore* (dança), *Erato* (elegia), *Polínia* (poesia lírica), *Urânia* (astronomia) e *Calíope* (eloquência). De acordo com essa construção mítica, a história passa a ser, então, filha da memória. Coube a Rousso a definição da tarefa da memória.

[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006; p. 94).

A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada. Segundo Pollak (1992), a memória é enobrecida pelo fato de ela ser seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória surge, então, como mera atualização mecânica de vestígios. São utilizados aqui os conceitos de memória utilizados por Maurice

Halbwachs (2006) como fenômeno social, coletivamente construído e passível de constantes transformações, rejeitando sua dimensão estritamente individual.

Se utilizada a metodologia da história oral com um trabalho de memória coletiva é necessário esclarecer que não se deve designar toda pessoa entrevistada como testemunha que dá um depoimento. É preciso sempre questionar: Existe ligação entre os depoimentos? Devem ser ouvidos e analisados segundo um método idêntico? Pode-se aproximá-los? Deve-se opô-los? É preciso isolá-los uns dos outros?

Diagnostica-se que o atributo mais adjacente da memória é a garantia da continuidade do tempo e permitir resistências à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida do homem. Rousso (2006) faz uma diferenciação muito saliente, destacando:

Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da ideia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado que sejam compartilhados nos mesmos termos por toda uma coletividade (ROUSSO, 2006; p. 95).

Observa-se que, com a possibilidade de tratar a memória como um aspecto a ser problematizado e atravessado por novos questionamentos, e não como uma mera instância capaz de fornecer informações sobre este ou aquele processo, surgiram condições e possibilidades para uma nova e importante modalidade da história: a história oral.

Ainda nos dias de hoje existe uma série de polêmicas com relação a como tratar a memória: como fornecedora de matérias e/ou como fonte histórica para a História – essa vista como uma ciência ou campo de saber que organiza o conhecimento sobre o passado ou sobre o homem no tempo.

Ainda considerando a relação entre história e memória, Jacques Le Goff, faz uma profunda reflexão. Para ele a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não à servidão dos homens (LE GOFF, 1994).

Quando se fala em memória, no campo da história oral, muitas vezes lança-se mão de indefinições quase propositais, que garantem a manutenção de certo fascínio. Fala-se de memória como se estivesse falando de algo fluido e enigmático que, por isso mesmo, já basta para legitimar todo o trabalho com a história oral.

Verena Alberti (2010) acredita que não há dúvida nenhuma de que, em certo sentido, esse estilo hermético tem fundamento: é difícil saber o que é memória, como que ela se constitui e se processa no conjunto das atividades cognitivas do homem. Contudo, é válido salientar que, com o enfoque para a ação de constituição de memórias, não é o processo cognitivo de rememoração e esquecimento, e sim a transformação daquela ação em objeto de estudo.

Não se nega aqui a potencialidade da história oral em permitir o acesso a uma pluralidade de memórias e versões do passado. Apesar disso, devem-se evitar polarizações do tipo memória subterrânea *versus* memória organizada, ou ainda história ou memória oficial<sup>2</sup> *versus* história ou memória popular. Assim como tais polarizações são facilmente sujeitas a simplificações, corre-se um alto risco de, com elas, transformar a história oral em missão e o pesquisador em missionário, na medida em que ele deve contrapor memórias “dominadas” a memórias “dominantes”.

Para evitar a polarização encurtadora da memória “oficial” ou “dominante”, é preciso ter em mente, portanto, que há uma multiplicidade de memórias em disputa. O próprio Portelli (2011) chama a atenção para o fato de, em sociedades complexas, os indivíduos fazerem parte de diversos grupos e, portanto, deles extraírem as diversas memórias e organizá-las de forma idiossincrática. Essa diversidade constitui, melhor alternativa para que possamos abrir mão da polaridade entre “memória oficial” e “memória dominada”.

A história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se construíram. A posição de Alberti (2005) é, nesse sentido, umas das possibilidades de se compreender que a memória é também fato, passível de ser objetivamente estudada. E capturar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas<sup>3</sup>, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes. Representações e fatos não existem em esferas isoladas.

Alessandro Portelli (2011) é um historiador o qual vem argumentando que as representações se utilizam dos fatos e pondera o que são os fatos; os fatos são

---

<sup>2</sup> O polêmico termo memória oficial é visto aqui como antítese do escrito. A tradição oral apoia-se na ideia de que a oralidade mantém um índice de independência das formas “oficializadas” pela escrita.

<sup>3</sup> Trata-se de procurar compreender como os fatos sociais se tornam, no caso específico as representações e os fatos reais.

reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações concentram-se na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem.

Uma das grandes riquezas que a história oral possui é que ela permite investigações sobre como as representações se tornam fatos, o que pressupõe um caráter acontecional da memória, para além de sua função de significar o passado. Em nenhum momento procurou-se estabelecer quanto à coleta do documento distinguir nitidamente entre os termos e expressões tão variadas quanto história oral, fonte oral, arquivo oral, relato de vida e testemunho, por um lado, entrevistado, informante, testemunha e investigado. Quer-se evidenciar que existe uma emergente diferença entre história oral e tradição oral<sup>4</sup>, visto que a tradição oral, está relacionada à ideia de testemunho, da verbalização de uma mensagem passada de uma geração a outra.

É válido neste momento lembrarmos as considerações de Molina (2019) quando diz que a tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características são o verbalismo e sua maneira de transmissão que diferem das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para a tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc.

Esse registro de memória é muito presente em grupos africanos e indígenas. Padronizadamente essas histórias são transmitidas de boca a ouvido e se constituem com um relato de um narrador sobre sua existência e/ou do seu grupo através do tempo, quando, os acontecimentos vivenciados são relatados, as experiências, valores e testemunhos herdados são transmitidos.

E a história oral se remete a um tipo de fonte produzida pelo pesquisador, sendo que esse campo envolve os depoentes, o roteiro das entrevistas, a

---

<sup>4</sup> A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere as fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para a tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc. Para maiores informações sobre tradição oral ver VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia, 1982, p. 156-179.

transcrição, o tratamento de dados, a observação e análise e, por fim, a publicação ou não do material produzido na investigação. Pela relação estabelecida entre a história oral como metodologia e o resgate da memória coletiva.

A história oral, frequentemente empregada no registro da história de eventos, lugares e pessoas, também pode ser usada para documentar a história material de um local histórico. Características arquitetônicas ou paisagísticas, alterações ao longo do tempo e usos do espaço podem ser capturados usando a história oral como metodologia.

Usado extensivamente em antropologia, sociologia, história e disciplinas relacionadas para coletar informações, o testemunho oral raramente é empregado como uma ferramenta de documentação nas disciplinas de preservação e conservação. Alberti (2010) descreve estratégias de pesquisa para pesquisadores de patrimônio cultural como fontes escritas básicas agora cobertas, onde o pesquisador pode recorrer à história oral para documentação.

Antigos proprietários recentes de uma propriedade podem ter lembranças sobre as alterações que fizeram. Membros idosos da comunidade podem ter lembranças úteis. Isso é qualificado com a declaração pois é aconselhável não tomar a informação transmitida oralmente como um fato absoluto, a menos que seja substanciada por outras fontes (DELGADO, 2010).

Essas declarações de qualificação mostram uma abordagem comum para usar a história oral como um método para preencher lacunas no registro histórico. Eles também mostram o papel subserviente que a história oral frequentemente assume para as fontes visuais e escritas na documentação e na pesquisa do patrimônio cultural.

Para Alberti (2007) a história oral, definida como a entrevista de participantes testemunhas em eventos do passado para fins de reconstrução histórica, está enraizada nas primeiras formas de transmissão de informações sobre o passado, a tradição oral.

De acordo com o historiador Paul Thompson, a história oral é o primeiro tipo de história, e somente a partir do século XIX que a habilidade no manuseio de evidências orais deixou de ser a marca do grande historiador. A maioria dos escritores da história, incluindo Heródoto, Voltaire, Marx e Engels, entre muitos outros, explorou a tradição oral, confiando fortemente em entrevistas de primeira mão (THOMPSON, 2017).

A confiança do historiador em documentos mudou no século XX, como nova tecnologia - rádio, televisão e telefone - substituiu o documento como principais formas de comunicação. Além disso, os historiadores entenderam que os documentos, arquivados e muitas vezes escritos por quem estava no poder, eram objeto de propaganda e edição seletiva e, portanto, não garantiam um quadro completo. Mais importante ainda, os documentos ofereciam pouca história sobre aqueles sem grande poder político, como minorias, mulheres e a classe trabalhadora (PERKS e ALISTAIR, 2016).

Esse reconhecimento revitalizou o interesse dos historiadores pela história oral e, juntamente com a nova tecnologia de gravação, levou a projetos pioneiros como o American Life Histories da era da depressão, que capturou as vozes de centenas de ex-escravos, pessoas que não eram representadas pelo registro escrito. Este projeto documentou as realidades da escravidão como experiência direta e não mediada, criando um quadro chocantemente preciso da experiência afro-americana pré-guerra civil que não tinha sido possível anteriormente (PERKS e ALISTAIR, 2016).

Apesar de seu poder de registrar a experiência diretamente, o testemunho oral tem sido frequentemente criticado com base em sua falta de confiabilidade potencial - a falibilidade da memória humana. Enquanto os historiadores orais devem consultar todos os registros disponíveis para serem capazes de fazer as perguntas que eles precisam responder e verificar os resultados, alguns argumentaram que a força da história oral na verdade reside em sua falta de confiabilidade, na discrepância entre fato e memória.

De acordo com o historiador Alessandro Portelli, a história oral pode revelar eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Ele afirma que as fontes orais nos dizem não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fizeram. Sua importância pode estar não em sua adesão aos fatos, mas em sua divergência com a imaginação, simbolismo e desejo emergem (PORTELLI, 2011).

Portelli (2011) argumenta que, embora a verificação factual seja necessária, afirmações erradas, ou mesmo fabricações, são histórias que podem representar um significado subjacente que também é significativo para o discurso histórico.

Levando em consideração as diferentes perspectivas sobre a história oral, este estudo mostrará como a história oral é uma ferramenta importante para

documentar o patrimônio cultural. Em algumas circunstâncias, como em regiões rurais e isoladas, aquelas com pouca tradição escrita, áreas com arquitetura predominantemente vernácula ou lugares onde os registros foram perdidos por conflitos ou desastres naturais, as fontes orais podem fornecer a única informação disponível (BUCKENDORF e KNIGHT, 2011).

Camargo (2004) lembra que, embora a tecnologia e os documentos históricos sejam vitais para registrar e interpretar o patrimônio cultural, a memória viva pode transmitir aspectos tangíveis e intangíveis de um local, como alterações, uso, significado cultural e significado.

Apesar da ampla aplicação da história oral em campos relacionados, muitas vezes é ignorada como uma ferramenta para documentar edifícios e locais históricos. Porém, por registrar não apenas fenômenos físicos, mas sociais, espirituais e rituais, o registro oral é essencial para a compreensão do intangível e captação do sentido do lugar (CAMARGO, 2004).

Evangelista (2006) destaca que a história oral é uma técnica para gerar e preservar informações originais e historicamente interessantes - material de fonte primária - desde lembranças pessoais até entrevistas gravadas planejadas. Este método de entrevista é usado para preservar as vozes, memórias e perspectivas das pessoas na história.

É uma ferramenta que todos podemos usar para interagir e aprender com os membros da família, amigos e as pessoas com quem compartilhamos o espaço em uma entrevista que captura sua história e perspectiva únicas em suas próprias palavras. A história oral origina-se da tradição de passar informações importantes para a família ou tribo de uma geração para a outra (EVANGELISTA, 2006).

Camargo (2004) destaca que no Brasil, conectamos historiadores orais e fornecemos uma ampla gama de informações sobre história oral. Como técnica, a metodologia da história oral pode ser adaptada a muitos tipos diferentes de projetos, desde a história da família até projetos de pesquisa acadêmica em muitas disciplinas diferentes.

Para Lanman (2009) as entrevistas geralmente devem ser conduzidas em uma situação individual, embora as entrevistas em grupo também possam ser eficazes. Em colaboração com um entrevistador bem preparado e empático, o narrador pode ser capaz de compartilhar informações que não percebe que

recordam e fazer associações e tirar conclusões sobre sua experiência que não seriam capazes de produzir sem o entrevistador.

Abrams (2016) afirma que a gravação preserva a entrevista, em som ou vídeo e posteriormente na transcrição para uso por outras pessoas afastadas no tempo e/ou distância do entrevistado. A história oral também preserva toda a entrevista, em sua forma original, ao invés da interpretação do entrevistador do que foi dito. O entrevistador bem preparado saberá quais informações são originais e historicamente importantes porque já estão nos documentos e usará a entrevista de história oral para buscar novas informações, esclarecimentos ou nova interpretação de um evento histórico.

No caso de lembranças pessoais, Buckendorf e Knight (2011) lembram que o entrevistador deve pedir ao narrador informações em primeira pessoa. São memórias que o narrador pode fornecer de forma confiável, por exemplo, eventos em que participou ou testemunhou ou decisões das quais participou. Entrevistas de história oral podem transmitir personalidade, explicar motivação e revelar pensamentos e percepções íntimas.

Para Martha Ross, professora da Universidade de Maryland na década de 1980 e considerada a "mãe" da história oral na região do meio do Atlântico, o entrevistador de história oral deve se esforçar para criar uma situação em que o entrevistado seja capaz de refletir amplamente, de se lembrar completamente e de se associar livremente sobre o assunto da entrevista, e de manter uma atmosfera na qual esteja disposto a articular plenamente essas lembranças (LANMAN, 2009).

Segundo Lanman (2009) as seis considerações destacadas no quadro 3 são básicas para uma boa prática de história oral.

Quadro 3. Considerações importantes para a história oral

Ação	Objetivo
Planejamento	A preparação minuciosa permite que o entrevistador saiba quais perguntas fazer e é essencial para estabelecer um relacionamento com o entrevistado. A pesquisa vale a pena durante a entrevista, quando o conhecimento do entrevistador sobre nomes, datas e lugares pode refrescar a memória do entrevistado.
Relacionamento	Um bom relacionamento é estabelecido com o entrevistado abordando-o adequadamente, informando-o sobre o objetivo do projeto e informando-o sobre seu papel e seus direitos. Recomenda-se uma ligação ou visita pré-entrevista para conhecer e discutir os procedimentos.
Descrição	O entrevistador experiente mantém o relacionamento seguindo boas técnicas de entrevista: sendo eficiente, mas discreto com o equipamento, começando do início e procedendo cronologicamente, fazendo perguntas abertas, ouvindo atentamente sem interromper, acompanhando detalhes ou

	vias de informação inesperadas, desafiando informações questionáveis de uma forma não ameaçadora e, geralmente, mantendo uma atmosfera na qual o entrevistado se sinta capaz de responder de forma completa e verdadeira.
Noção de tempo	Encerre cada sessão de entrevista fazendo uma pergunta “descontraída”, como uma avaliação das experiências que acabamos de discutir. Todas as sessões devem ser planejadas e programadas de modo que sejam concluídas antes que o entrevistado fique cansado.
Revisão	Os entrevistadores devem ouvir suas entrevistas logo em seguida para analisar suas técnicas de entrevista e obter detalhes para dar seguimento nas sessões subsequentes.
Respeito	O respeito está subjacente a cada aspecto da história oral - respeito pelo entrevistado como um indivíduo, sua experiência, pela maneira como ele se lembra dessa experiência e pela maneira como ele é capaz e deseja articular essas lembranças. Manter o respeito pelo entrevistado individual e pela prática da entrevista de história oral é essencial para o sucesso como entrevistador

Adaptado de Lanman (2009).

Nessa linha, destaca Abrams (2016), é preciso se preparar para as entrevistas de história orais selecionando, primeiro, um entrevistado e perguntando-lhe se ele está interessado. Caso esteja, marque uma hora e um local para a entrevista, um lugar tranquilo onde você não seja incomodado e agende pelo menos duas horas para a sessão de entrevista. Desenvolva também uma cronologia dos eventos importantes que quer abordar e uma lista de nomes pessoais e termos importantes da história que quer abordar e que são relevantes para sua pesquisa.

Thompson (2006) define as histórias orais como fornecedoras de material fonte importante para muitos estudos históricos conduzidos por pesquisadores, agências públicas e universidades com uma grande variedade de usos que vão desde a reconstrução das características de uma casa histórica até o restabelecimento de uma cultura local. Como todas as técnicas de documentação, a história oral é uma ferramenta de conservação e, às vezes, um método de conservação em si.

No entanto, esse estudo vem ilustrar como a história oral difere notavelmente de outras formas de documentação, pois incorpora o contexto social de um patrimônio histórico e as memórias de seus usuários.

São memórias que envolvem inerentemente uma combinação de experiência individual e coletiva, bem como experiência factual e fabricada. É essa capacidade de capturar experiências pessoais e coletivas, bem como imaginação e interpretação, que separa a história oral de outros métodos de documentação (THOMPSON, 2006).

Ao criar não apenas uma imagem ou medida de um local ou edifício, mas também uma série de impressões sensoriais, a história oral contribui para evocar a sensação de lugar. Por esta razão, Montenegro (1997) afirma que a história oral não deve ser considerada não confiável e, portanto, subserviente a outras formas de documentação, mas deve ser considerada um recurso inestimável para a documentação e interpretação de edifícios e sítios históricos.

Quanto à história oral, como método de pesquisa, ela não é o fim da descoberta, mas um dos meios de se obter conhecimento, sendo válido em um contexto, que articula com o meio que se encontra e define o objeto pelo qual é feito, sendo válido quando parte para a investigação.

Uma pesquisa de um determinado monumento histórico pode ser feita através de documentos escritos, fotos e filmagens já registradas. No entanto, destaca Meihy (2005), outra forma de pesquisar esse mesmo monumento histórico é a metodologia de história oral, onde o objeto é a trajetória da pesquisa, não para o que está registrado em documentos escritos, mas para as versões, conhecimentos dos que fazem ou fizeram parte da história, e de alguma maneira vivenciaram, ou que movimentam a história falada, passando de geração para geração como uma maneira de crença ou costume, que vai enriquecer o conteúdo da pesquisa, na qual volta a atenção para o entrevistado e para todos os detalhes que está sendo falado.

De acordo com Alberti (2016) a história oral é uma ponte que liga o conteúdo teórico a ser estudado ao aprendizado prazeroso de ser compreendido pelo indivíduo, ela pode ajudar no processo de perceber a interpretação histórica, mesmo de causalidade. Porém, afirma a autora, uma aula oral é muito mais trabalhosa, pois precisa de preparos e tempo para ser desenvolvida - uma vez que, em se tratando de uma aula normal com duração de apenas 50 minutos, o tempo é pouco tempo para ser trabalhado com os alunos na oralidade, seja através de entrevistas, visitas, pesquisas, uso de fotos e documentários.

Como a história em si se trata do estudo do tempo passado e daquilo que se interpreta do passado para ser entender o presente, a história oral pode, evidentemente, ajudar muito, até na própria atividade de pesquisa em que os alunos desenvolvem, inclusive de empoderamento dos alunos para que se sintam verdadeiros sujeitos da cultura local (MEIHY, 2005).

Assim, enfatiza Alberti (2016), a história oral apresenta-se marcada por uma especificidade em relação às demais fontes históricas e entre outras coisas,

caracteriza-se pela utilização, em grande escala, da memória coletiva que concorre para o estabelecimento do relacionamento entre fontes orais e escritas, buscando sempre a funcionalidade de ambas.

Na visão de Thompson (2006) a história oral é uma história construída em torno de pessoas, lançando a vida para dentro da própria história e alargando seu campo de ação. Assim, destaca, admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo e estimula a professores e alunos a se tornar companheiros de trabalho levando a história para dentro da comunidade, ajudando os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. A história oral propicia o contato, e a compreensão, entre classes sociais e gerações.

E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição, oferecendo os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2006).

Na América Latina o desenvolvimento dessa metodologia é registrado no final da década de 1950, tanto nas áreas da História Política, quanto na Antropologia, a partir da iniciativa do Instituto Nacional de Antropologia do México, ao documentar as recordações dos chefes da Revolução Mexicana (1910-1911). Na Costa Rica, na década de 80, destacou-se um projeto ambicioso voltado para a história do país desde a época pré-colombiana, fazendo o povo narrar a sua própria história. Neste mesmo período, no Equador, na Nicarágua e na Argentina, realizaram-se pesquisas orais sobre o mundo camponês, no quadro da campanha de alfabetização (AMADO e FERREIRA, 2006).

Após uma década da invenção do gravador a fita, houve um aperfeiçoamento do instrumento, à medida que o gravador passou a ser portátil. Para Aberti (2010) uma das consequências desse aprimoramento foi à realização de entrevistas de história de vida, com membros de grupos sociais que, em geral, não apresentavam registros escritos. A autora chama a atenção para esses grupos sociais, afirmando que o momento da história oral foi a fase conhecida como da História oral militante, praticada por pesquisadores que identificavam na metodologia uma solução para dar voz às minorias e possibilitar a existência de uma História vinda de baixo.

O fato de a história oral estar nos seus primeiros anos de vida, não limitou o avanço de suas perspectivas, pois, ainda na década de 1960, a metodologia abriu espaço para os estudos de classes populares. Essa explosão da história oral é causada por dois elementos: por um lado, por constituir-se em uma metodologia recém-nascida, e por outro, por suas práticas e pela forma como passou a ser vista por historiadores e cientistas sociais (ABERTI, 2010).

Alberti (2010) ainda destaca o fato de que a história oral “militante” passou a ter um sucesso imenso na década de 1970, destacando-se, nesse contexto, alguns experimentos que sistematizaram essa metodologia. A autora apresenta esta expressão na procura de destacar a condição de que a história oral militante é assim denominada por congregar em suas fileiras adeptos da metodologia, ainda que não profissionais. Ou seja, genericamente, afirma-se que, vagarosamente, a história oral passa do *status* de “militante” para o *status* de “acadêmica”.

Portelli (2011) cita que ao longo da década de 1980, produziram-se núcleos de pesquisa e programas de história oral em direção a diferentes objetivos e temas de estudo como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), uma instituição tem por objetivo abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, que, num levantamento realizado entre 1988 e 1989, detectou a existência de pelo menos 21 instituições de pesquisa que se dedicavam a trabalhos com a história oral em dez estados diferentes do país. Uma excelência que seguiu nos anos 90 resultando numa forte participação de pesquisadores e instituições nos encontros acadêmicos.

A partir desse período, em virtude do tal crescimento, criou-se em 1994 a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), uma instituição que congrega estudiosos e pesquisadores das áreas de história, antropologia, ciências sociais, educação e demais disciplinas das ciências humanas de todas as regiões do país, cujos associados têm em comum o uso da história oral em suas pesquisas. Os debates em torno da história oral em várias instituições foram resultado da participação nos encontros produzidos regularmente de história oral regional e nacional, que favorecem extraordinariamente a difusão e o intercâmbio em torno da história oral no país (PORTELLI, 2011).

Encontramos na sistematização feita por Amado e Ferreira (2006) três vertentes nas quais a história oral apresenta dimensões distintas. A primeira advoga a história oral como uma técnica; a segunda, como uma disciplina; e a terceira,

como uma metodologia. Afirma-se, pelo viés dos historiadores que concebem a história oral como uma técnica o fato de que interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cercas: tipos de aparelhagem de som, transcrições de fitas, modelos de organização de acervo etc.

Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar (AMADO e FERREIRA, 2006).

Assim, Meihy (2005) cita Michel Foucault quando diz que para pertencer a uma disciplina, uma preposição deve inscrever-se em certo horizonte teórico. Esse estudo entende que se a história oral apresentar o *status* de disciplina, caminhará para uma problemática da qual resultará a dissociação entre história oral e teoria da história, uma vez que se cria uma disciplina autônoma, um campo novo do conhecimento.

Nesse sentido, ressaltam Fernandes e Alberti (2000), em função das três vertentes que confrontam o estatuto da história oral, constatamos que o *status* mais aceitável entre o meio acadêmico é o da história oral como metodologia. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil apresenta o mesmo entendimento quanto ao *status* da história oral, partindo do fato de que a história oral é um mais do que uma técnica, é método, mas não exclusivamente isso, podendo considerado um meio de estabelecer relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas, portanto distanciando dos *status* de disciplina.

## 2.5 PATRIMÔNIO IMATERIAL: CONCEITOS E POSIÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Existem elementos conceituais e legais que se referem ao patrimônio cultural imaterial e que devem ser discutidos de modo que os objetivos identificados na História como disciplina escolar possam ser relacionados às possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, tendo como

possibilidades o ensino de História e suas práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental.

Para a Técnica em Educação do IPHAN Sônia Rampim Florêncio (2012), a formação de um indivíduo como um sujeito da história, dotado das características da comunidade no qual está inserido, pode acontecer a partir da apropriação das características culturais do espaço no qual faz parte e estas características, são componentes de um conjunto de informações, de um patrimônio histórico e cultural.

Essa acepção é relevante para a reflexão de que a cultura arraigada numa dada sociedade e todo o seu patrimônio cultural, são temas que ainda precisam ser evidenciados na sociedade contemporânea. Ainda é preciso resgatar efetivamente o tema patrimônio cultural imaterial nos variados setores da sociedade contemporânea. Assim, aspectos da cultura popular que fazem parte do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, não poderão mais ser mais excluídos, mas sim reconhecidos e valorizados por todos os sujeitos que compõem a sociedade (DEMARCHI, 2016).

Para tanto, elementos da memória, como as práticas culturais de tempos mais remotos, precisam ser difundidos na sociedade brasileira e a educação é uma possibilidade. Nesse campo a memória não representa um conhecimento distante, mas é um saber próximo e que precisa ser valorizado, pois pode oportunizar reflexões positivas para a sociedade (BOSI, 1994).

Os estudos de Lucien Febvre e Marc Bloch, dois dos mais importantes historiadores do século XX, a partir de 1920, destacavam a estrutura social da memória do sociólogo Maurice Halbwachs que foram impressionantes para Bloch. Eles trouxeram consigo a reflexão sobre a necessidade de a história atrelar-se ao patrimônio cultural imaterial, ou seja, a história que considera as culturas e suas representações (BURKE, 2010).

São muitas as pesquisas que abordam questões relativas ao Patrimônio Cultural Imaterial. No acesso ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados 39 registros entre dissertações e teses sobre o tema. Das pesquisas encontradas, foram selecionadas as que estão diretamente relacionadas ao tema e objeto desse: ensino de História, reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, destacam-se quatro trabalhos relevantes no delineamento da pesquisa e na formulação do referencial teórico.

A pesquisa de Ledur (2012) *“A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul, PR”*, abordou a relevância do patrimônio cultural como elemento formador de identidade. A pesquisa objetivou analisar como o processo de ensino educacional vem destacando a preservação da memória e do patrimônio cultural em São Mateus do Sul.

Em sua obra, Simone Scifoni (2012), por exemplo, lembra que abordar o patrimônio cultural como elemento formador de identidade é criar possibilidades para o surgimento de novos valores na sociedade contemporânea, é caracterizar, reconhecer aspectos religiosos, morais, artísticos, econômicos, dentre outros, que poderão trazer críticas significativas para os modos de vida num contexto atual.

Dentre as considerações da autora, destacam-se os apontamentos quanto à falta de formações específicas e continuadas para o professor na área de patrimônio cultural, e ausência de políticas públicas na área preservacionista da educação patrimonial, tanto material quanto imaterial, além da conclusão de que a própria escola não tem inserido nem praticado em seu Projeto Político Pedagógico a importância da educação patrimonial (LEDUR, 2012).

Scifoni (2012) reforça ainda a ideia de que essa vertente mais abrangente de patrimônio cultural abre caminhos para o compromisso do setor educacional em articular-se numa visão de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, para a apropriação das reminiscências e, conseqüentemente, a identidade dos distintos grupos que compõem a sociedade.

Para Ledur (2012), o ensino de História na educação formal fornece caminhos para a percepção do patrimônio cultural imaterial pelos discentes, tornando-se um subsídio inclusive para o desenvolvimento regional, dessa forma, essa ação se constitui num caminho de valorização das culturas locais, reforçando a construção da identidade e o sentimento de pertença do discente a um determinado grupo histórico e social.

Ledur (2012) reforça a ideia de que aspectos da sociedade global podem confrontar e não fortalecer plenamente as identidades e as culturas locais, em contrapartida, a História no campo disciplinar, em especial no que se reportam às aulas de História, poderá se tornar um agente de continuidade, de reflexões e fortalecimento das culturas locais.

Da mesma forma Oliveira (2011) aponta em sua dissertação *“Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil”* que a

construção de um sentido cultural perpassa pela valorização do patrimônio cultural imaterial, termo que vem se destacado desde as primeiras décadas do Século XX.

Desse modo a autora entende que o patrimônio cultural imaterial precisa ser concebido mais do que uma herança que pode influenciar nas ações do homem, mas que precisa ser concebido como um processo de aprendizagem dialógica e constante.

A pesquisa de Oliveira (2011) teve como objetivo entender as responsabilidades das instituições estatais frente à preservação do patrimônio cultural imaterial. A pesquisadora, perante sua pesquisa conceitual e a prática das instituições estatais, concluiu que existe uma necessidade emergente em investir no reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial.

Targino (2007) identificou em seu estudo *“Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP”*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, respostas sobre o papel da preservação patrimonial a educação como elemento fornecedor de historicidade e identidade aos alunos da rede estadual de educação, concluindo que essa vertente da educação deve ser incluída e, sobretudo praticada no currículo escolar.

Logo, está evidente, que a produção de materiais pedagógicos, por exemplo, é um dos inúmeros incentivos que a educação pode oportunizar aos discentes para que a teoria de educação patrimonial cultural imaterial seja uma realidade nas escolas.

Partindo desse cenário, explica Roger Chartier (1994), a categoria analítica da pesquisa é fundamentada a partir da ideia de que o resgate do patrimônio cultural imaterial local é um dos objetos da História. Para o autor, os objetos da História, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades.

Assim, o reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, podem fortalecer a relação de pessoas com suas heranças culturais, e melhorar o relacionamento desta frente a responsabilidade, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial, tendo importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento do povo e sua cultura (CHARTIER, 1994).

A cultura demonstra o enraizamento do sujeito à sua estrutura, que o forma e o modifica ao longo do tempo pelos mundos culturais e suas identidades. Ao abordar elementos da cultura popular brasileira, vale ressaltar um conceito de cultura advindo do século XX e mencionado por Hall (2006), onde o mesmo enfatiza que a cultura é um somatório de valores, costumes tradições e métodos adquiridos em um determinado lugar. É um elemento forte de identificação pessoal e social, portanto precisa ser preservada e valorizada. A Legislação sobre o Patrimônio Cultural apresenta um relevante conceito para Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (BRASIL, 2010, p. 68).

Santos (2007) já destacava que o patrimônio cultural imaterial se transmite de geração a geração, ou seja, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos que compõem o município. Logo, é primordial que ações se efetivem no intuito de gerar uma percepção de identidade e continuidade, ou seja, a salvaguarda deste patrimônio. Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural imaterial, remonta o conceito de memória, outra categoria analítica adotado na pesquisa.

Bosi (1994) menciona a função social da memória, ou seja, a aprendizagem pela narrativa de homens que, para alguns, não teve papel ativo na sociedade, mas possui a brilhante função de revelar a memória da família, comunidade e município.

Em seu livro História e Memória, Jacques Le Goff (2003) preocupou-se em citar as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades essencialmente orais. Para ele, a memória teria um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à história (CANO et al., 2012, p. 78).

Logo, entende Cano et al., (2012), a memória é um resultado de aprendizagens constantes de uma experiência história, ou seja, suas ações de modo geral estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao longo de sua história, ao que foi construído em sua memória, por meio em especial, de experiências.

De acordo com Hall (2006), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à pertença, à cultura étnica, religiosas, regionais e nacionais. Partindo dessa concepção, entende-se que a memória adquiriu um caráter perpetuador do

patrimônio cultural imaterial a que se pretende instituir, tornando-se elemento primordial para a valorização do patrimônio cultural imaterial.

Portanto, explica Hall (2006), em qualquer localidade, devido o advento da globalização, o indivíduo não determina sozinho os aspectos de sua cultura, mas, é preciso que exista um mínimo de conhecimento e reconhecimento da sua cultura, para que esta esteja articulada às questões de seu espaço de vivência, para que este indivíduo seja, por exemplo, um sujeito conhecedor e reconhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

No Brasil, referenciar o patrimônio cultural é uma temática ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937 por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Da referida época aos dias atuais cabe ao Iphan a salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais do Brasil para o conhecimento das futuras gerações.

Horta et al. (1999) explica que, não apenas os conceitos de cultura e de cultura imaterial se modificaram ao longo do tempo, mas também ocorreu uma modificação nos modos de se reconhecer e preservar a cultura de um povo. A cultura imaterial, por exemplo, passou a ser também responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios.

Hall (2006) ensina que há uma responsabilidade nacional em prol do reconhecimento e da valorização de todo o acervo que configura a expressão cultural de um povo e as ações para a defesa da cultura regional colaboram com essa visão, pois quando se reconhece e valoriza a cultura regional se preserva a cultura nacional. Para o autor a cultura é um estímulo à preservação e prática de valores e gera desenvolvimento. Mediante essa vertente é possível refletir que, a União precisa desenvolver e efetivar políticas que reconheçam e preserve seu patrimônio.

Foi na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO no ano de 2003, em complementação à Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, remontando a ideia de primeiro reconhecer para depois preservar, que o patrimônio cultural foi reconhecido:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas

comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p.03).

Demarchi (2016) lembra que a cultura e suas representações precisam ser inseridas num projeto político amplo de uma nação, a cultura por si só, pode representar a riqueza imaterial de uma nação, mas estes precisam de uma força motriz de reconhecimento e de representação que partam da esfera política como o registro em documentos oficiais e os projetos de preservação.

Nessa visão, Murta e Albano (2002) entendem que a práxis do docente de história, poderá contribuir para a relação do patrimônio cultural imaterial local, seu reconhecimento e preservação, construindo uma profunda dialogia entre a realidade discente e sua cultura, tornando-o um sujeito da história.

Assim como a educação pode contribuir para esse processo, existem responsabilidades sob a perspectiva federal na Constituição Brasileira de 1988, que estabelece no artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (CB, 1988, Art. 215).

Ou seja, é necessário que o Estado-nação, elabore práticas que reconheçam e preservem o patrimônio cultural brasileiro. O Brasil, por exemplo, é uma nação que possui uma imensa diversidade cultural, com um passado caracterizado por uma rica história, e dotado de diversas práticas culturais que configuram seu patrimônio cultural imaterial. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece no artigo 215, inciso 3º, as responsabilidades e práticas do Estado em favor da cultura:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura (CB, 1988, Art. 215).

E no artigo 216 (Seção II – da Cultura) uma ampliação na definição de patrimônio cultural brasileiro, abrindo espaço para as expressões da cultura popular e também para os bens imateriais que formam o patrimônio intangível, que compõem a sociedade brasileira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ecológico e científico (CB, 1988, Art. 216, Seção II).

Desse modo, entende-se que existe na lei, um reconhecimento a nível federal acerca dos elementos que formam o Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, e que a União reconhece que práticas culturais, hábitos e memórias de lugares onde se produziram cultura, são elementos desses bens tão necessários à composição da História e da memória de um município e de uma nação.

Torna-se também necessário mencionar ainda o artigo 216 (Seção II – Da Cultura), onde destaca seu parágrafo primeiro:

§ 1.º O poder público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5.º Ficam tombado todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CB, Art. 216, Seção II).

Logo, as responsabilidades de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil são partilhadas. E ao mesmo tempo possuem dimensões macros bem definidas para a União. No Art. 18 ao Departamento do Patrimônio Imaterial compete:

I – propor diretrizes e critérios e, em conjunto com as superintendências estaduais, gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do patrimônio de natureza imaterial; II – implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; III – acompanhar a instrução técnica e apreciar as propostas de registro de bens culturais de natureza imaterial; IV – desenvolver, fomentar e promover estudos e pesquisas, assim como metodologias de inventário, que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial; V – propor, gerir e fomentar ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial e tornar disponíveis as informações produzidas sobre estes bens; VI – planejar, desenvolver, fomentar e apoiar, por intermédio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, programas, projetos e ações de estudo, pesquisa, documentação e difusão das expressões das culturas populares, em nível nacional; VII – gerenciar e

executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial; e VIII – supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CB, 1988, Art. 18).

O Patrimônio Cultural Imaterial sob a responsabilidade do Estado, segundo o Decreto tem na Seção V, dos Órgãos Descentralizados, no art. 20 delimita responsabilidades específicas:

Às superintendências estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos escritórios técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição e, ainda, no inciso IV – colaborar com os órgãos do Iphan na elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural (CB, 1988, Art. 20).

Já no que tange ao Patrimônio Cultural Imaterial sob responsabilidade do município, o presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. § 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. § 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo deste artigo. Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: I – o ministro de Estado da Cultura; II – instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; III – secretarias de estado, de município e do Distrito Federal; IV – sociedades ou associações civis (DECRETO nº 3.551 de 04 de agosto de 2000).

Portanto o município possui autonomia para reconhecer, preservar e incentivar ações em parceria com suas secretarias em prol da salvaguarda de sua história.

Assim vem-se aqui levantar a questão de que a educação, por intermédio e incentivo da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Cultura e das escolas municipais, por meio do ensino de História, poderá ser um caminho para

a efetivação dessas leis que preconizam em seus objetivos, ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial local.

Se efetivadas, essas ações motivarão a formação de sujeitos históricos conscientes de seu papel e atuação ao longo do tempo. Uma vez que nas vertentes legais do direito brasileiro, elementos como identidade, memória, práticas culturais, dentre outros, que fazem parte do patrimônio cultural imaterial local, vão ao encontro dos objetivos do Ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

### **2.5.1 O reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial local através do ensino de história**

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ressaltam a garantia do padrão de qualidade. O ensino ofertado em qualquer lugar do país, segundo a CF, deve proporcionar a todo estudante o mesmo nível de formação, no Art. 210 estabelece que “[...] serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental”.

A Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), no Art. 26 dispõe que “[...] os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino” - um objetivo que tem como foco fazer com que todos os alunos do Brasil tenham garantido o conhecimento básico e mesmo em uma mudança de escola, ao longo do ano letivo, pudessem acompanhar os mesmos conteúdos do ensino.

A partir dessa perspectiva, é que por meio da articulação de vários setores da sociedade, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular, um conjunto de orientações onde se define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 14, onde se comprova que:

[...] conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais (RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2010).

Ou seja, é preciso que ao aluno seja garantido no processo ensino-aprendizagem conhecimentos de uma base comum, mas também, conhecimentos que contemplem aspectos da cultura e do entorno sócio histórico do discente,

direitos de aprendizagem, extremamente relevantes para a formação do sujeito, onde se pode observar novamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 15.

Em sua Parte Diversificada: cada sistema de ensino e estabelecimento escolar complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola (RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2010).

Então, ressalta Brodbeck (2012), fica evidente na caracterização do ensino de História que, elementos da cultura local, precisam ser abordados no cotidiano escolar para que o discente seja conhecedor de sua história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam as concepções gerais do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, por exemplo, e mencionam a valorização do patrimônio sociocultural como elemento primordial do processo ensino-aprendizagem. Ou seja, relaciona os saberes da história enquanto disciplina escolar ao patrimônio cultural imaterial da comunidade local (BRODBECK, 2012).

Ainda segundo Brodbeck (2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental propõem o trabalho com temas transversais, a exemplo do tema “pluralidade cultural”, incluindo assim, o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial dentre as práticas abordadas no cotidiano escolar.

Entende-se desse modo que, a educação brasileira em sua perspectiva curricular, didático pedagógica, quanto nos aspectos legais que caracterizam a Educação Básica, concebem a relevância da prática de um processo ensino-aprendizagem direcionado dentre outras vertentes, para oportunizar práticas pedagógicas que tornem o discente conhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

Ações da educação formal, representadas pelo ensino de História, poderão salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, construindo saberes e práticas que identificam, investigam, preservam, protegem, promovem e transmitem o patrimônio cultural imaterial (BRASIL, 2010).

A Doutora em História Social Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009) esclarece que as práticas pedagógicas no ensino de História, podem se beneficiar das abordagens da Nova História Cultural, que incentivam a valorização de todos os

elementos históricos do cotidiano, ao abordar temas como: memória, história local e patrimônio cultural que consolidam no saber discente a percepção do sujeito histórico, o estimula a conhecer e valorizar o patrimônio cultural imaterial de seu município. Ou seja:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado, e por quem é preservado (BITTENCOURT, 2009, p. 277).

Molina (2012) traz em sua dissertação a reflexão de que a educação contemporânea trouxe consigo desafios, mas também, conquistas relevantes, como a oportunidade da autonomia escolar frente às questões pedagógicas, assim a escola pode criar espaços de aprendizagens, como debates, entrevistas, exposições, dentre outros e contemplar a educação patrimonial para que o discente se sinta motivado a participar das ações e projetos da escola em prol do reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural imaterial local.

Para Neves (2012) a preservação do patrimônio cultural imaterial, enfatiza a transmissão natural, "pelo fazer e ver fazer", sendo responsabilidade dos órgãos oficiais e também dos cidadãos conscientes, registrar e preservar esses registros. Esses bens culturais imateriais podem ser:

Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se produzem práticas culturais coletivas (NEVES, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental por exemplo, poderá potencializar aprendizagens por meio de práticas pedagógicas que se referem à necessidade de refletir sobre o resgate destas memórias e, conseqüentemente, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Para Miranda (2009), a preservação do patrimônio cultural imaterial relaciona-se ao desenvolvimento da sociedade, tornando-se um resultado coletivo que inclui hábitos e costumes e preserva a história do lugar.

Bittencourt (2009) ensina que as práticas pedagógicas construídas a partir das relações entre professores e alunos nas aulas de História, podem ser espaços educativos, culturais e científicos, que articulam o ensino e a prática cotidiana numa relação transformadora e mediadora entre a sociedade, gerando espaços de

dialogia, interdisciplinaridade e indissociabilidade na relação teoria e prática no ensino de História. Ou seja, é um campo fértil para a construção de novos saberes que poderão intervir de modo efetivo na sociedade.

Debates, painéis, visitas de estudo, entrevistas, seminários, são práticas pedagógicas que, se planejadas de modo participativo inserindo professor, aluno e a comunidade, podem ser desenvolvidas nas aulas de História contribuindo para estreitar a relação com o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de seu município.

Para tanto, na intenção de partir de argumentos teóricos para a análise empírica, seleciona-se, a partir de critérios objetivos, o campo de pesquisa, que incide sobre o município de Itapemirim localizado no sul do Estado do Espírito Santo.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo teve o intuito de explorar a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual e de que forma o uso da história oral pode colaborar para a preservação da cultura local.

A pesquisa desenvolvida inseriu-se no contexto das pesquisas qualitativas onde se buscou desenvolver informações baseado em hipóteses de um problema de cunho qualitativo, compreendendo o conhecimento parcial em permanente construção. Segundo Bogdan e Biklen (1984), a pesquisa qualitativa trata da investigação como fonte de dados no ambiente, em que o pesquisador se torna instrumento principal. Neste sentido, a pesquisa foi classificada de cunho descritivo qualitativo, em que o pesquisador passa a observar o processo, analisando o máximo de detalhe desde a coleta de dados, interpretação dos mesmos e não apenas os resultados.

Para Koche (2005) o principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, pois muitas vezes o pesquisador não dispõe de conhecimento suficiente para formular adequadamente um problema ou elaborar de forma mais precisa uma hipótese. Nesse caso, defende o autor, é preciso que se desencadeie um processo de investigação para identificar a natureza do fenômeno e apontar as características essenciais das variáveis que se quer estudar.

A finalidade da metodologia é a reconstrução teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, melhorar embasamentos teóricos no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes ao assunto abordado (DEMO, 2000).

Em detalhes, a metodologia empregada nesta pesquisa foi desenvolvida obedecendo ao seguinte percurso: Pesquisa bibliográfica; apreciação documental; observações, entrevistas. No primeiro momento dispôs-se a uma análise bibliográfica de autores renomados da área que discutem sobre esse tema, ao mesmo tempo em que refletem de que forma a compreensão da memória individual pode impactar na definição e preservação do patrimônio cultural como forma de preservação dos monumentos históricos e da cultura local.

Através da pesquisa bibliográfica se buscou compreender os autores que, nos últimos anos, vêm debatendo sobre a importância da memória e a história oral como forma de se preservar a história local. Assim, foi possível identificar onde o tema surgiu de forma global, bem como os vários estudos que o abordam no ambiente escolar.

Esta pesquisa caracterizou-se por ser de cunho qualitativo, pois, segundo Yin (2016), é multifacetada e marcada por diferentes orientações e metodologias, que permitiu realizar uma investigação científica aprofundada de vários temas relacionados à realidade singular ou a múltiplas realidades, capturando o significado de fenômenos subjetivos na perspectiva dos participantes do estudo, para serem discutidos dentro do campo da memória e da história oral para preservação da cultura local.

Yin (2016) destaca também como uma das principais características que definem a pesquisa qualitativa, o fato de que ela estuda o significado da vida das pessoas nas condições do cotidiano. Assim, pela visão do autor, o pesquisador poderá obter um panorama aprofundado do contexto em estudo, da interação da vida cotidiana das pessoas, grupos, comunidades e/ou organizações. Logo, trata-se de uma abordagem naturalista que busca entender fenômenos dentro dos próprios contextos específicos da “vida real”.

Somado a isso foi realizado um estudo de caso descritivo que, segundo Yin (2016), é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, de forma a se coletar, apresentar e analisar os dados corretamente.

Assim a linha descritiva se encaixou nessa pesquisa por ser um estudo de caso exploratório. Optou-se por esse tipo de estudo de caso até mesmo porque, segundo as palavras de Yin (2016), embora não se resume à exploração, ele permite ao investigador elencar elementos que lhe possibilite diagnosticar um caso com perspectivas de generalização naturalística.

Nesse caso em especial, permitiu ainda um aprofundamento maior no campo da relação da memória individual com o patrimônio cultural como forma de preservação da cultura local e assim ainda colaborou para responder ao objetivo deste estudo que buscou um aprofundamento maior no universo da relação dos

habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

Dessa forma, a proposta deste trabalho foi entender, através dos relatos das experiências dos sujeitos da pesquisa, de suas experiências pessoais e lembranças sobre os locais estudados, analisar a relação do entendimento do indivíduo com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual.

Assim, passou-se a refletir sobre a importância da história oral como um forte elemento contribuidor para as fontes históricas, atuando também como resgatador legítimo da memória, torna-se essencial problematizar a relação indissociável entre memória e identidade, por meio de um levantamento das possibilidades encontradas no uso da história oral para a afirmação de uma comunidade, que se expressa, em nosso caso particular, por intermédio de sua cultura.

### 3.1 SUJEITOS DA PESQUISA, MATERIAIS E MÉTODOS

O penúltimo procedimento da pesquisa referiu-se à forma de colher as informações necessárias para responder ao problema de pesquisa, e que se deu por intermédio de uma conversa *on line* sobre como a história oral pode ser utilizada na preservação da memória e cultura do município de Itapemirim, a partir dos relatos dos sujeitos da pesquisa, 06 (seis) indivíduos, todos residentes no município de Itapemirim, com idades acima de 60 anos, para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real dos patrimônios históricos de Itapemirim a partir da compreensão da memória individual e sua importância na preservação da cultura local.

Essas pessoas foram escolhidas, em primeiro lugar, pela idade já mais avançada (buscando nesse caso uma maior experiência sobre a história) e também pelo fato de serem residentes no município da pesquisa, pois, a vivência local adquirida por eles e pelos seus familiares mais antigos, assim como as histórias que vão sendo passadas entre as gerações das suas famílias, tem muito a dizer para a pesquisa desenvolvida nesse estudo.

Esse procedimento veio buscar levantar informações e discutir sobre pontos que contribuíram com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real dos

monumentos históricos da cidade de Itapemirim e a importância da história oral na preservação da cultura local.

Por fim, utilizou-se como instrumento da pesquisa a realização de entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real da Educação Patrimonial, dentro das práticas pedagógicas como forma de se promover e valorizar o patrimônio e a memória local pelos professores/sujeitos da pesquisa.

Conforme Gil (2016), a entrevista semiestruturada tem como característica os questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Assim, os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Ou seja, o foco primordial nesta análise será posto pelo pesquisador.

Triviños (1987) descreve a entrevista semiestruturada como um recurso que permite questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, relacionados ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes, sendo o foco principal colocado pelo investigador-entrevistador.

Para o autor ela favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Já Manzini (2003) salienta que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, fazendo emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Dessa forma, em comum, esses dois atores se referem à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Assim, explica Manzini (2003), é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante

Certo que os objetivos expostos na pesquisa serviram para fortalecimento do que é defendido por esse estudo, buscou-se estabelecer relações entre o compreendido das afirmativas dos entrevistados e o mostrado pela pesquisa.

Assim, acreditou-se na possibilidade de, dentro do diálogo permitido pelas entrevistas que serão realizadas com dois professores de História, levantar hipóteses de inserir dentro das práticas pedagógicas das aulas de História, metodologias que abordem e valorizem o uso da história oral como forma de apropriação de elementos de cultura local, nas aulas de história, numa perspectiva de torná-los indivíduos mais críticos e criativos.

Dessa forma há que se concordar com Demo (2000) por considerar limitada a realização de uma pesquisa em educação pelo foco apenas na produção do conhecimento. Segundo o autor o problema principal da educação brasileira não está na esfera do conhecimento da pesquisa, mas da intervenção da realidade.

Para Alberti (2007) um programa de história oral se caracteriza por desenvolver projetos e pesquisas fundamentais na produção de entrevistas como fontes privilegiadas, construir um acervo de depoimentos para consulta do público.

As entrevistas foram realizadas *online* pelo Whatsapp<sup>5</sup> com duração estimada de 40 minutos, abordando as experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa para reforçar a importância de se utilizar a história oral na preservação da memória e cultura do município de Itapemirim.

Depois de gravadas, para preservar a riqueza de detalhes das respostas dos entrevistados, o material foi analisado e posteriormente transcrito para ser usado na análise e discussão dos dados obtidos nessa pesquisa.

Para tanto, essa pesquisa se pautou nas diretrizes de Thiollent (2011) por sugerir fazer inicialmente um trabalho exploratório, depois um diagnóstico com os sujeitos da pesquisa. Assim, após essa triagem de análise para ao final realizar uma análise documental na biblioteca municipal e na própria Secretaria de Educação (através de livros de autores da área, Livros de registros, documentos e outros papéis registrados em cartório, análise de fotos e reportagens de blogs), e verificar de que forma o tema história explorado em sala de aula. A partir deste diagnóstico se pôde de forma mais clara traçar melhor os futuros caminhos da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos, documentos em PDF e fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

### 3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Essa última etapa foi constituída pela discussão e análise dos dados e organizada em partes onde, na primeira delas, foram utilizados dados obtidos das entrevistas, traçando o perfil dos sujeitos pesquisados e destacando aspectos quantificáveis como idade, formação profissional, experiência de magistério, e capacitação para discutir acerca do tema dessa pesquisa para ampliação dos horizontes dentro do uso da história oral como forma de se promover e valorizar o patrimônio e a memória local.

Em seguida foram apresentados os dados obtidos a partir da coleta de informações nas entrevistas cujos resultados encontrados serão avaliados por tratamento descritivo, numa análise qualitativa. Ao final da aplicação dessa metodologia, os sujeitos foram instigados a exercer sua opinião pessoal sobre a forma como a história oral pode ser inserida nas práticas pedagógicas de forma a fortalecer a cultura local.

Como produto final foi desenvolvida uma cartilha digital com todos os patrimônios culturais do município de Itapemirim como guia para que os docentes da disciplina de história a utilizem no intuito de se promover a história oral como forma de se preservar a cultura e a história local.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como intuito explorar a temática da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, contextualizando teoria e práticas de aprendizagem e destacando a importância da relação da população local com o patrimônio cultural, utilizando a história oral como um campo de resgate, e a própria história oral como metodologia para, através da memória, projetar bens históricos e culturais para as gerações futuras no município de Itapemirim-ES.

Através da pesquisa bibliográfica buscou-se, em primeiro plano, compreender os autores que, nos últimos anos, vêm debatendo sobre essa temática para se ter uma noção mais profunda, desde seu surgimento até as mudanças já ocorridas no desenvolvimento de estratégias de ensino com foco no fortalecimento do ensino de História com foco na memória pelo caráter perpetuador que possui sobre o patrimônio cultural imaterial.

No que tange ao estudo de caso, utilizou-se como *lócus* da pesquisa o próprio município de Itapemirim para, através de uma pesquisa qualitativa, através do aplicativo pelo Whatsapp (em decorrência da pandemia da Covid19), entrevistar 06 (seis) moradores residentes no município, cujo perfil será detalhado mais adiante, com o objetivo de levantar informações e posterior discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa.

Assim, permitiu-se traçar não apenas debater sobre a importância da compreensão da memória individual na relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural local, mas também analisar, a partir da experiência do próprio indivíduo e de suas lembranças sobre os locais estudados, a relação do seu entendimento com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual, na condição de observador do processo de planejamento no *lócus* da pesquisa.

Nesse procedimento *online* foi possível verificar o contexto real dos patrimônios históricos de Itapemirim a partir da compreensão da memória individual de cada entrevistado e sua importância na preservação da cultura local.

#### 4.1 ASPECTOS QUE PERMEIAM A HISTÓRIA DOS DOIS MAIORES PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM-ES

Os munícipes de Itapemirim-ES, localizado na região sul do Estado do Espírito Santo e colaboradores dessa pesquisa, tiveram a oportunidade de expressar desde características pessoais e pontos de vista em relação ao conceito de patrimônio cultural, até quais edificações da cidade são tombadas, se já passaram, ou deveriam passar, por algum processo de restauração e, por fim, se eles próprios ou a sociedade local se beneficiam, e de que forma, dos monumentos existentes no município.

Foi possível com isso perceber que a noção de patrimônio cultural ainda é desconhecida por grande parcela da população, e por outra, ainda se encontra associada a “algo velho”, motivo desta pesquisa procurar desenvolver estratégias pedagógicas que ajudem à comunidade escolar a ter consciência e se apropriar de seus bens histórico-arqueológicos, e evidenciar a amplitude do conceito de patrimônio cultural, desde as formas de expressão de natureza imaterial (Jongo, a Festa do Amparo), até os de natureza material (palácio das águias e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo).

Ao abordar sobre a realidade do universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual junto aos sujeitos dessa pesquisa, foi possível verificar o quão válido foi o desenvolvimento desse estudo, uma vez que ainda é mínima a importância dada à preservação dos bens culturais como prática social.

Foi possível perceber que a Educação Patrimonial ainda não é vista como uma ponte para associar os valores históricos ao bem cultural para sua comunidade, no contexto social como um todo, nem mesmo nos ambientes escolares e dentro das aulas de História. Dessa forma, perde-se um dos recursos mais criativos para proteção desses pertences do município, que é a intervenção pedagógica fundada nos pressupostos da Educação Patrimonial, termo inseparável de outra noção mais abrangente, que é o Patrimônio Cultural.

As festas históricas, como a mais tradicional e importante festa do município, a da Padroeira Nossa Senhora do Amparo, por exemplo, ainda é vista como um ponto de distração e entretenimento para a maioria dos munícipes, no mais, um acontecimento religioso para o restante.

Por isso uma das implicações teóricas desta pesquisa foi a busca por um aprofundamento maior na relação que o habitante de Itapemirim tem com o patrimônio cultural local a partir da compreensão da memória individual em relação ao patrimônio cultural como forma de se preservar a história local.

Assim, essas afirmativas nos fazem acreditar que foi acertado o problema deste estudo que se revela como um ensejo para questionar a importância do patrimônio histórico do município de Itapemirim, sua importância regional e social, a partir da compreensão da memória individual, como influenciador cultural e econômico para a população, pois ela se constitui em um elo forte entre a relação dos habitantes de Itapemirim com o patrimônio cultural.

Quadro 1 Perfil dos entrevistados

Morador	Idade	Grau de Instrução	Tempo de reside em Itapemirim
A	67 anos	Terminou o antigo Ensino primário	Desde que nasceu
B	68 anos	Terminou o antigo Ensino primário	Desde que nasceu
C	26 anos	Cursando Faculdade de História	25 anos
D	67 anos	Terminou o antigo Ensino primário	Desde que nasceu
E	66 anos	Terminou o antigo Ensino primário	Desde que nasceu
F	69 anos	Terminou o antigo Ensino primário	Desde que nasceu

Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os participantes foram escolhidos propositalmente com idades acima de 60 anos pelo fato de poderem falar com mais propriedade da história do município pela experiência de morar ali a muitos anos e conhecerem a fundo seu patrimônio cultural. À exceção de um dos participantes dessa pesquisa, com a idade de 26 anos, cuja escolha se deu por estar cursando faculdade de História, e que foi escolhido para participar da entrevista para que possa expressar sua opinião com o conhecimento de quem é da área e assim colaborar com os objetivos propostos por esse estudo.

O primeiro dos entrevistados o morador “A” quando questionado sobre sua compreensão do que seja patrimônio cultural, arriscou que entende como sendo “o patrimônio imaterial e material histórico da cidade sua cultura. Isso é patrimônio”, disse. Para o entrevistado, por exemplo:

[...] o jongo é patrimônio cultural, Itapemirim é o berço do jongo, a igreja aqui é patrimônio cultural, a câmara é patrimônio cultural, é tudo aquilo que remete a um processo e de desenvolvimento humano socioeconômico e é patrimônio cultural, pois nós temos a câmara, nós temos a igreja e a própria igreja grandona, e imaterial nós temos o jongo e material temos na câmara municipal o quadro do imperador e da imperatriz que faz parte do nosso patrimônio (MORADOR A).

Ele ainda explicou com suas palavras que:

[...] na medida em que se torna patrimônio, não pertence mais ao poder público, mas à comunidade. E se foi tombado, deixou de pertencer ao proprietário e passou a pertencer a todos e não só ao proprietário ou ao Estado. E assim, tombado, qualquer patrimônio não deve mais ser destruído de forma nenhuma, mas sim restaurado, reformado. Aqui em Itapemirim, por exemplo, temos a câmara, a igrejinha e a igreja matriz, os três aqui são tombados. Já o Palácio das Águias ai já passou para o município de Marataízes e entra na história de Itapemirim como parte da história do município, porque antes o município de Itapemirim abrangia Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy, Marataízes e até Cachoeiro de Itapemirim. Então hoje o palácio das águias é tombado, mas pertence ao município de Marataízes (MORADOR A).

É clara a relação que existe entre o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual como forma de preservação da memória e cultura local. No momento em que o morador A foi perguntado sobre alguns dos monumentos da cidade lhe trazem lembranças, ele descreve com detalhes parte da história de um dos principais monumentos da cidade:

“[...] a câmara, principalmente a câmara, porque havia muitos embates na câmara antiga né, aliás, a câmara quando eu era criança era prefeitura, cadeia e câmara. Ela era uma das poucas que funcionava nessas três funções; a cadeia embaixo, e a prefeitura e a câmara na parte de cima, e ao lado tinha o arquivo público, então a praça Barão de Itapemirim que de frente a câmara que foi mexida mas que é patrimônio muito importante e significativo na história de Itapemirim, porque era ali onde se desenrolava todas as ações políticas e administrativas do município. E ali eu cresci ali em frente à câmara, brincando no antigo parque municipal, que não é mais parque, agora o espaço é uma praça (MORADOR A).

Assim, nesse diálogo sobre a importância da compreensão da memória individual na relação do indivíduo com o patrimônio cultural local, o entrevistado deixa claro que, no que diz respeito ao fato dos monumentos tombados de sua cidade terem alguma serventia, que: *“o principal objetivo do patrimônio tombado é servir como marco à memória popular.*

No que diz respeito ao seu uso pela sociedade de Itapemirim, ele diz que *“às vezes nem dá pra ser usada para um objetivo mais específico, mas só está ali como marco a ser lembrado pelo povo, celebrado e amado pelo povo como fator histórico da cidade. E isso já é uma utilização marcante”.*

Já o entrevistado “B” em seu discurso afirma que patrimônio cultural seriam as construções antigas do município. *“Nesse caso então estamos falando da igreja, a câmara municipal a escola Narciso Araujo, destaca. Seria uma construção reformada ou protegida, não é?”.*

Em relação ao uso desses monumentos pela população, ele afirma que:

[...] todos tem serventia. As casas antigas das cidades que não foram modificadas, por exemplo, elas lembram como a cidade era no passado de varias maneiras. E a igreja matriz até hoje tem as celebrações e festas. Fora câmara antiga que é depósito de algumas coisas (MORADOR B).

Apesar das limitações na fala do entrevistado sobre a descrição do que seja patrimônio cultural, percebe-se aqui que existe a noção da sua importância para a população local. Em relação ao entrevistado “C” o mesmo destaca como patrimônio cultural:

[...] todo bem imaterial e material que representa alguma coisa para a sociedade, uma representatividade da sociedade que explica origem e o decorrer da história dessa sociedade. Algo que pertença todos os envolvidos no município, por exemplo, que também por conta disso deve ser preservado por todas essas pessoas, que muitas vezes não acontece e raramente acontece (MORADOR C).

O entrevistado C também destaca que o tombamento é muito importante para a preservação do patrimônio, pois ajuda, com na sua manutenção e proteção.

[...] Olhe o caso da Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo, da Rua das Palmeiras e do prédio da Câmara Municipal. Para preservar tem que restaurar também, num processo de consenso do governo estadual, secretaria de cultura, e muitas vezes o aval do IPHAN. Mesmo havendo tombamento municipal há uma fiscalização por parte do poder maior (MORADOR C).

Quando questionado sobre as lembranças trazidas por esses monumentos ele destaca:

[...] apesar de não ser nascido aqui, minha família paterna é daqui, então venho aqui em Itapemirim há 26 anos, desde que me entendo como gente. Na juventude vinha com mais frequência e sozinho. Me lembro muito da igreja católica que a gente tocava o sino para o padre, da bagunça que fazíamos de frente para a pracinha da camara antiga, das corridas na rua das Palmeiras (MORADOR C).

Quando levantado o questionamento sobre a serventia desses monumentos, ele responde:

[...] sem dúvida nenhuma tem. Temos a Igreja Matriz que fala por si própria e antigo prédio da câmara municipal que tem uma perspectiva de transformar em centro cultural, casa da memória, centro de convivência, onde a cultura seria colocado em primeiro plano, a biblioteca. Então tem essa esperança, que está parada. Fora a igreja católica, principal patrimônio do município, que tem sua serventia religiosa, pois as missas ainda são rezadas, o que não acontece com a câmara que ainda está em processo de restauração (MORADOR C).

Quando questionado sobre o processo de restauração dos monumentos da cidade ele respondeu:

[...] a igreja católica passou por processo de restauração, a câmara municipal ainda não. Deveria ser imediatamente. Porque estamos para perder os patrimônios, pois o tempo leva, pois se não preservar adequadamente as ações do tempo podem promover em ruínas essas edificações. Precisa de haja preocupação especialmente do poder público e da sociedade que se cobre isso. Para que esses monumentos sejam preservados. E não vem a cair como alguns monumentos, como o Trapiche e algumas casas (MORADOR C).

O entrevistado demonstrou entender com propriedade o conceito de patrimônio cultural, sua serventia para a população e a importância da necessidade de restauração, pelo poder público, dos que existem no município.

Assim, essa capacidade de percepção demonstrada se encaixa no ponto de vista de Nunes (2020) quando define a Educação Patrimonial como uma possibilidade de ação educativa a ser desenvolvida em escolas, orientando os alunos com o objetivo de conscientizá-los acerca do valor da preservação dos bens patrimoniais e culturais da sociedade.

O entrevistado “D” lembrou que mora no município há 67 anos e que acredita que o patrimônio é algo “antigo” que tem em um lugar e cultural. É o jeito do povo:

[...] posso dizer então que é a Igreja Matriz, Nossa Senhora do amparo, as casas antigas, a pracinha velha, o posto de saúde velho, isso na Vila, mas em Marataízes tem o Palácio das Águias e a estação de trem que tudo era Itapemirim. E tem outras construções antigas que no momento não lembro (MORADOR D).

Sobre as lembranças que os monumentos da cidade lhe trazem, ele destaca:

[...] lembro da minha época de criança quando ia a Vila de cavalo da igreja Matriz, da pracinha velha, a câmara municipal e as poucas casas, na época eram tudo lindo e eu ficava olhando e admirando a beleza, como eles fizeram tudo perfeito. Era uma coisa de louco. Muito bonito. Hoje a gente acha bonito as construções de hoje e não mais o antigo. Não que não seja importante ou que ficou feio. Está abandonado, sem reforma (MORADOR D).

Quando questionado sobre a serventia dos monumentos, ele ressalta:

[...] tem sim muita, pois como você fala, porque conta a história de como a cidade era, o que funcionava. Tudo tem uma história e se demolir tudo a cidade perde a sua história de nascença de criação, como a ponte antiga que era de madeira que me lembro muito bem (MORADOR D).

Em relação à forma como os monumentos tombados de sua cidade são

usados pela sociedade de Itapemirim ele explica:

[...] hoje as construções antigas que ainda existem são usadas para depósito de alguma coisa da prefeitura, como a câmara municipal. A igreja tem missas, casamentos e festas, batizados. O palácio das Águias em Marataízes funciona a biblioteca municipal e tem objetos guardados lá. Algumas casas antigas ainda moram gente. A pracinha velha as crianças que moram perto brincam, eu vi um dia desses. O posto de saúde foi reformado e mudado e funciona com médicos (MORADOR D).

A visão desse entrevistado sobre a compreensão do que seja patrimônio cultural e o reconhecimento das edificações de sua cidade que são tombadas, se dá através das lembranças que ele possui acerca dos anos vividos no município décadas atrás, uma reflexão que se pauta na relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

Assim, encontra respaldo no conceito de Cano et al., (2012) ao defender a memória como um resultado de aprendizagens constantes de uma experiência história, ou seja, suas ações de modo geral estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao longo de sua história, ao que foi construído em sua memória, por meio em especial, de experiências.

Quando ao entrevistado “E”, em nossa conversa ele afirmou ter 66 anos e desde o nascimento mora no município, não na cidade da Vila, mas no interior. Para ele o patrimônio cultural *“são as construções antigas que o povo construiu e que contam a história e costumes do povo e de um lugar. Penso logo em algo antigo, nas construções antigas da cidade”*. Apesar do entendimento limitado do que seja patrimônio cultural, percebe-se a noção equivocada do entrevistado em relação ao fato de, necessariamente, estar ligado somente a “algo antigo”.

*E isso é embasado pela definição de Ghirardello e Spisso (2008) quando destacam que os bens a serem tombados não precisam ser antigos. É uma noção ultrapassada e equivocada sobre preservação e tombamento. A importância de um bem não tem ligação direta com sua idade. Hoje, existem entidades de preservação da arquitetura moderna. Bens recentes podem ser indicados para tombamento, pois também estão sujeitos às descaracterizações ou demolições.*

Sobre as lembranças trazidas pelos monumentos, ele conta:

[...] me lembro muito bem da oficina de trem, que funcionava a garagem da antiga viação Marapé, e também o posto de saúde velho que ia junto com meus pais no médico e levar meus irmãos para tomar vacina e a igreja

matriz também, ia de vez enquanto e onde eu casei a mais de 45 anos atrás (MORADOR E).

Sobre haver alguma serventia dos monumentos tombados da cidade, o entrevistado é categórico ao afirmar que sim:

[...] esses monumentos contam a história do município e podem servir para algum evento, funcionar como biblioteca, lojas comunitárias, feiras e outras coisas. Olha a Igreja Matriz, ainda tem missas, batizados, outros sacramentos, festas. O Palácio das Águias funciona a biblioteca pública. A pracinha antiga as crianças brincam e sempre tem gente. As igrejinhas pequenas de santo Antônio ainda têm celebrações e missas. A câmara municipal tem muito bagulho dentro com depósito de coisas velhas (MORADOR E).

A fala do entrevistado reflete uma das noções mais objetivas do objetivo para o qual se deve preservar. Ghirardello e Spisso (2008) explica que a preservação se dá pela necessidade de tornarem todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou ambiental, com significado histórico, cultural ou sentimental, no presente ou no futuro, como instrumentos para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu.

Quanto ao entrevistado “F”, morador do município há 69 anos, ele afirmou que não entende muito bem o que seria o conceito de patrimônio cultural, mas *“acho que sejam as coisas antigas do município que lembram o passado de um povo já viveu aqui e que seus parentes ainda vivem, os costumes, os hábitos, crenças”*.

Quando perguntado sobre as edificações de sua cidade que são tombadas e alguns dos monumentos da cidade lhe trazem lembranças e ele respondeu:

[...] as edificações que me lembro são as igrejinhas Santo Antônio do Arraial e de Candeus, a igreja Nossa Senhora do Amparo a igreja grande, a câmara Municipal, a pracinha velha, as casas antigas, em Marataízes, o Trapiche que está caindo, o Palácio das Águias, o porto da Barras, Mas tem outros. Era na pracinha antiga que eu ficava esperando meu pai vender as muambas para ir embora a tarde. Na igreja Matriz eu ia sempre nos batizados dos meus irmãos e em algumas missas e no porto da Barra que ia sempre comprar peixe (MORADOR F).

Sobre a serventia desses monumentos, ele afirmou:

[...] tem muita serventia sim, pois, além de lembrar o passado, contar a história da cidade e do povo, a igreja, por exemplo, ainda funciona. Na pracinha as crianças ainda brincam e o Palácio das águias funciona a biblioteca municipal. A oficina de trem guarda bagulhos do município. E serviriam muito mais se prefeito, vereadores cuidassem melhor reformando e colocando coisas para os jovens e idosos usufruir (MORADOR F).

Quando questionados sobre o fato dos monumentos de sua cidade já terem sido restaurados ele afirmou:

[...] algumas coisas sim, como a Igreja Matriz que foi feito um bom trabalho de restauração, as igrejinhas sempre as comunidades dão manutenção. A pracinha está reformada assim como o Palácio das águias e algumas casas antigas. Mas ainda precisa melhorar essa questão de reforma e restauração, pois se continuar do jeito que estão as coisas que contam a história do município vão acabar, ficando só história (MORADOR F).

Foi possível observar, na busca por ampliar os horizontes na disciplina de História, abordando junto aos entrevistados o universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, que bem distante de ser apenas uma fonte complementar, a história oral se mostrou como metodologia para, através da memória, projetar bens históricos e culturais para as gerações futuras.

Por isso esse estudo veio problematizar a importância da relação dos habitantes do município de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural, utilizando a história oral como um campo de resgate.

Dessa forma, pautado pelos conhecimentos de Bosi (1994) e com base nas respostas dos entrevistados, conclui-se dessa pesquisa que a função social da memória muitas vezes se dá pela narrativa de indivíduos que não tiveram papel ativo na sociedade, pela memória da família, comunidade e município.

Assim, é possível afirmar que a memória adquiriu, ao longo dos anos, um caráter perpetuador do patrimônio cultural imaterial a que se pretende instituir, tornando-se primordial para sua valorização. Logo, a história oral pode, nesse sentido, atuar como um campo de resgate, em um tempo presente, apresentando-se não meramente como fonte complementar, mas como metodologia para a afirmação da identidade, pela memória.

Daí essa pesquisa ter perseguido o objetivo de discutir a relação dos habitantes de Itapemirim com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual dos entrevistados, como forma de se preservar a memória local, através dos relatos desses moradores, sobre seus patrimônios históricos.

Considerando todas as questões pontuadas na discussão dos dados, estamos propondo um produto final para o nosso estudo, na expectativa de poder contribuir com o processo de educação no município onde resido e onde realizei a pesquisa. Acredito que uma região, um país, um município, não pode ter um

patrimônio cultural tão rico e pouco aproveitado no sentido de dar aos seus habitantes uma noção da importância dessa História, dessa memória como um elemento de preservação de sua identidade.

O mote para a realização desse projeto veio da ideia de apresentar uma proposta ao município de Itapemirim-ES na forma de uma cartilha digital a partir do patrimônio cultural do município como um guia destinado aos professores de História, evidenciando a importância do uso de ações e estratégias de preservação do patrimônio cultural a partir da relação da memória individual dos habitantes locais com o patrimônio cultural local.

Dessa forma, a cartilha digital foi pautada em estratégias que possam servir de subsídio para os professores de História da rede municipal, em suas aulas, e a quem possa interessar, para fortalecimento do patrimônio cultural. Assim, esse autor, devido a inexistência de estudos em Itapemirim que abordem a temática da relação de seus indivíduos com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, buscou desenvolver esse produto educativo.

Pretende-se disponibilizar o produto educativo aos professores de História da rede municipal de forma que sirvam de motivação para que estes profissionais também desenvolvam outras estratégias que concorram para o fortalecimento da relação dos moradores locais com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

A justificativa para o desenvolvimento deste guia vem da inexistência de estudos no município de Itapemirim-ES que abordem a temática da relação de seus indivíduos com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

A metodologia para a elaboração da cartilha digital compreendeu três fases: a primeira foi a construção do conteúdo baseado nas entrevistas onde os sujeitos da pesquisa relataram suas opiniões e conceitos relativos ao patrimônio cultural. A segunda parte consistiu na definição do *layout* da cartilha e por fim sugestões desse pesquisador sobre estratégias de ensino.

Espera-se que o produto educativo tenha boa aceitação e uma utilização eficaz pelo município pesquisado, fazendo desse produto um recurso para agregar valores ao processo de ensino de História e torná-lo mais criativo e eficaz, despertando o interesse dos alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa e todo o trabalho desenvolvido nesta pesquisa conduziu a uma reflexão sobre a importância da compreensão da memória individual na relação dos habitantes de Itapemirim com o patrimônio cultural local e a urgência de se repensar, a partir da experiência do próprio indivíduo e de suas lembranças sobre os locais estudados, a relação da sua percepção com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual.

Assim, a finalização de um trabalho desta natureza faz levantar, sem dúvida, sentimentos diversos na medida em que são esclarecidos alguns pontos e obtidas algumas respostas acerca da forma como tem se dado a relação dos habitantes de Itapemirim-ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

Se a vemos como uma fonte complementar dentro do processo de visão e compreensão do patrimônio cultural, essa análise se torna motivo de preocupação, pois se perde a finalidade da história oral, por exemplo, como metodologia que é para, através da memória, projetar bens históricos e culturais para as gerações futuras. Mas se ela é vista como essencial pelo caráter perpetuador do patrimônio cultural imaterial e sua posterior valorização, ela se torna essencial para fortalecimento da cultura local.

Quando essa pesquisa veio discutir a relação dos habitantes de Itapemirim com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual como recurso preservador da memória local, através dos relatos de alguns moradores entrevistados sobre seus patrimônios históricos, prevaleceu o fato de que a memória é peça primordial nesse universo por disseminar a importância da memória coletiva, recuperando dados que às vezes se perdem com a fonte escrita, e assim vai preenchendo espaços e dialogando, ou mesmo contrastando, fontes oficiais no processo de saber histórico.

Assim, percebeu-se que o objetivo geral deste estudo que pretendeu aprofundar um pouco mais no universo da relação dos habitantes de Itapemirim com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, foi alcançado.

Na prática da pesquisa foi possível dialogar com alguns moradores do município sobre seu tempo de moradia no município e a compreensão que tem sobre patrimônio cultural, lembranças daqueles que existem em sua cidade e qual a

relação que tem sobre sua história, e a atual serventia desses monumentos para a sociedade local, permitindo assim uma visão mais detalhada da relação que possuem com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

Assim, entende-se que o objetivo geral deste estudo, que buscou compreender o universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual, foi alcançado.

Da mesma forma, foi percebida a importância da compreensão da memória individual na relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural local, assim como sua experiência do próprio indivíduo e suas lembranças sobre os locais estudados e a relação do seu entendimento com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual.

Por fim foi possível ainda dar destaque à história dos maiores patrimônios históricos do município de Itapemirim-ES e de como a compreensão da memória individual dos moradores pode colaborar para a preservação da sua cultura.

Em relação ao percurso metodológico, além de se buscar identificar os dois principais monumentos históricos de Itapemirim, também foi feita uma pesquisa nos documentos disponíveis, que relatem a história dos mesmos, além de da construção do diálogo com moradores para se trazer luz à discussão a importância da história oral na preservação da memória e cultura do município de Itapemirim.

Como instrumento da pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com seis (06) sujeitos envolvidos na pesquisa, residentes no município de Itapemirim, com idades acima de 60 anos, que ajudaram no levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuiriam com o norte da pesquisa.

Assim é preciso vislumbrar que o patrimônio cultural é tudo que faz menção à identidade e à memória dos diferentes grupos que formaram nossa sociedade, é um patrimônio vivo das coisas presentes nas comunidades como, por exemplo, festas religiosas, danças, culinária, particularidades na moradia, música, características que, de um modo geral revelam a multiplicidade de culturas que constituíram a sociedade local e com evidências de populações que já não existem mais.

Nesse sentido, foi acertado o problema levantado por essa pesquisa que buscou entender de que forma a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual pode contribuir para a preservação da memória e cultura local do município de Itapemirim.

Espera-se assim que este trabalho sirva como referência dentro da área do ensino de História pelo levantamento de dados e conceitos aqui destacados no campo da Educação Patrimonial, que ressaltaram, em linhas gerais, o que seria o patrimônio cultural e seu sentido para a sociedade, uma tarefa desafiadora, na medida em que trouxe a possibilidade de se resgatar a memória e a história do município no transcurso dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMS, L. **Oral history theory**. second edition. New York: Routledge, 2016.

ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

\_\_\_\_\_. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

AMADO, J; FERREIRA, M. M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

AMSTERDAM, A. G; BRUNER, J. S. (2000). **Minding the law**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

ASSMANN, A. **Memory, individual and collective**. The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis. Eds. Robert E. Goodin und Charles Tilly. Oxford: Oxford UP, 2006. p. 210-24.

AUGUSTO, V. S. S. **Memórias de Sooretama: história, ensino e escola**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8383>

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa/Portugal: Porto Editora, 1984.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.551, de 04/08 de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)

\_\_\_\_\_. **Legislação Sobre patrimônio cultural: Câmara dos Deputados Brasília/DF: Edições Câmara, 2010. 366 p. (Série Legislação: n. 41).**

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação,

Câmara de Educação Básica. Disponível em

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf), acesso em 2021.

BRODBECK, M. S. L. **Vivenciando a história**: metodologia do ensino da história Curitiba/PR: Base Editorial, 2012.

BRUNER, J. S. Self-making and world-making. In J. Brockmeier & D. Carbaugh (Eds.), **Narrative and identity**: Studies in autobiography, self and culture. Amsterdam/Philadelphia, PA: John Benjamins. 2010. P. 25-37.

BUCKENDORF, M; KNIGHT, M. H. Oral History and historic preservation: a Case Study in Washington and Idaho. **Oral History Review**. v. 9, p.97-114, 2011. Washington DC.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia/tradução Nilo Odalia. – 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CAMARGO, A. **Quinze anos de história oral**: documentação e metodologia. In: ALBERTI, V. Manual de História oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. pp.132-141.

CANO, M. R. S. O; OLIVEIRA, R. S; ALMEIDA, V. L. et al. (Coord.). **Coleção a Reflexão e a Prática do Ensino**. História. São Paulo: Blucher, 2012.

CARRITHERS, M. **Narrativity**: Mindreading and making societies. In A Whiten (Ed.), Natural theories of mind: Evolution, development and simulation of everyday mindreading . Oxford: Blackwell. 1991. pp. 305-318.

CHARTIER, R. **A História hoje**: dúvidas, desafios e propostas. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.13, v.7, 1994, p. 97-113.

CONWAY, M. A; GATHERCOLE, S. E; CORNOLDI, C. (Eds.). **Theories of memory II**. Basingstoke: Psychology Press. 1997.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. 2 ed, v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEMARCHI, J. L. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC (USP), v. 22, São Paulo, p.267-291, 2016.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, C. V. M. C. **Educação patrimonial e recursos hídricos**: um guia para os municípios de Olinda e Recife. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Biociências. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Recife, 2018. 102f

EVANGELISTA, C. Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, A. H; VELLOSO, M. P; PESAVENTO, S. J. **História e linguagens**: texto, imagens, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 01-14.

- FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- FENELON, D. R. O papel da história oral na historiografia moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) Introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã/USP, 1996.
- FERNANDES, T. M; ALBERTI, V. (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz, 2000.
- FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, pp.56-67. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduflexoesPraticas>. Acesso em 06 de julho de 2021.
- FREIRE, P. **A Importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.
- GROSS, D. **Lost time**: On remembering and forgetting in late modern culture. Amherst, MA: University of Massachusetts Press. 2000.
- GHIRARDELLO, N; SPISSO, B. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico CREA-SP - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. Bauru, SP: Canal 6, 2008. 34 p.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2006. Tradução Guarcica Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva
- HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 1999.
- JOHANSSON, H; MECKLINGER, A; TREESE, A. Recognition memory for emotional and mental faces: an event-related potencial study. **Journal of Cognitive Neuroscience**, 16(10), 2004. p.1840-1875.
- JOUTARD, P. Desafios à história oral do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz, 2000.
- KLAMT, S. C; SOARES, A. L. R. Educação patrimonial e a interdisciplinaridade em sala de aula: um estudo de caso. In: SOARES, André Luis R; (org.) **Educação patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2007. p. 171-200.

KÖCHE, J. C. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

LANMAN, B. A. University of Maryland, Baltimore County. Martha Ross Center for Oral History. 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

LEDUR, F. A. P. **A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural em São Mateus do Sul – PR**. Canoinhas. 127 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado UnC, 2012.

LUCKMANN, T. **Remarks on Personal Identity: Inner, Social and Historical Time**. Identity: Personal and Socio-Cultural. Ed. Anita Jacobson-Widding. Adantic Highlands, NJ: Humanities, 1983. p.67-91.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (org.) **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina/PR: Eduel, 2003. p.11-25.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEYER, E. Balanço e novos desafios. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, T. M; ALBERTI, V. (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2000. pp. 29-48.

MIRANDA, M. L, B. **Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural**. Texto digitado, (2009).

MOLINA, E. C. **Ensinar com o patrimônio: O estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no ensino fundamental II**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2019.

MONTENEGRO, A. T. História oral e interdisciplinaridade. In: MORAES von, Olga Rodrigues de. **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas/SP: Centro de Memória-Unicamp, 1997. pp. 45-63.

MOREIRA, R. N. P. **História e memória: algumas observações**. Praxis (Salvador), Salvador, Bahia. v. 2, 2005. Disponível em <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em 15 de maio de 2021.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

NEVES, M. C. M. S. **Falando de patrimônio cultural: cartilha de educação patrimonial-Vitória**: Secretaria de Estado da Cultura/ Phoenix Cultura, 2012.

NUNES, F. B. **Educação patrimonial**: experiência aplicada para o município de Santiago-RS. Santa Maria/RS: UFSM, 2020.

OLIVEIRA, T. M. **Memória e discurso**: Múltiplos Sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Rio de Janeiro. Dissertação (Programa de Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011. 83p.

PERKS, R; ALISTAIR, T. **The oral history reader**. Third edition. New York: Routledge, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC- FGV. v. 5, n. 10, 1992. p.200-212.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC**, n. 14, São Paulo, EDUC, 2011. p.25-39.

ROUSSO, H. A memória mais do que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. pp.93-101.

SANTOS, C. H. **Educação patrimonial**: uma ação institucional e educacional. In: Patrimônio: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007, pp.147-172. Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial/Organização. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/publicacao/MesProfPat\\_PraticasReflexoes](http://portal.iphan.gov.br/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes). Acesso em 06 de julho de 2021.

SCIFONI, S. **Educação e patrimônio cultural**: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. 2012, v. 1, p.30-37.

TARGINO, M. I. M. **Uma Experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo das cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP. 1980/2003. João Pessoa/PB.144p. 2007. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, P. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (org.). **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu da pessoa/SESC-SP, 2006.

THOMPSON, P. **The voice of the past**: oral history. Oxford university press, 2017.  
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO – **Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura**. Disponível em <http://www.unesco.org.br>. Acesso em 2020.

VILANOVA, M. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. História oral, São Paulo: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.1, jun. 1998. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v1i0.91>. Acesso em 15 de maio de 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 4. ed, Porto Alegre/RS: Bookman, 2016.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Há quanto tempo reside no município?

---

2. Qual a sua compreensão do que seja patrimônio cultural?

---

3. O que é para você uma edificação (civil ou religiosa) tombada?

---

4. Quais as edificações de sua cidade que são tombadas?

---

5. Alguns dos monumentos da cidade lhe trazem lembranças? Quais? Que lembranças são essas?

---

6. Você acredita que os monumentos tombados de sua cidade têm alguma serventia? Qual?

---

7. Como os monumentos tombados de sua cidade são usados pela sociedade de Itapemirim?

---

8. Você acredita que a sociedade local se beneficia dos monumentos de Itapemirim? De que forma?

---

9. Você utiliza os monumentos tombados de sua cidade? Como?

---

10. Os monumentos de sua cidade já foram restaurados? Se sim, quando? Se não, acha que deveriam ser? Por quê?

---

## APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Nome da pesquisa:** Relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

**Pesquisadora responsável:** Fabrício Gomes do Nascimento

**Informações sobre a pesquisa:** Trata-se de um estudo que tem por finalidade entender melhor de que forma a relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural, a partir da compreensão da memória individual, pode contribuir para a preservação da memória e cultura local do município de Itapemirim. O objetivo desta pesquisa é aprofundar um pouco mais no universo da relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

A sua participação é muito importante, pois trará uma contribuição na coleta de dados e nos resultados da pesquisa relacionada à relação dos habitantes de Itapemirim/ES com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual.

---

**Fabrício Gomes do Nascimento**

Eu \_\_\_\_\_,  
portador do RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa.

**Observações:**

1. Será garantido o recebimento de todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o decorrer da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
2. A segurança será total em relação a não ser identificado mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurado que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.

3. Não haverá em hipótese alguma qualquer tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou constrangimento moral e ético ao entrevistado.
4. Será assegurado que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Tenho ciência do exposto acima e desejo participar da pesquisa.

Presidente Kennedy, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

**Participante**